

SEE

Sector Empresarial do Estado

Relatório 2013

novembro 2013



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2013”

é uma publicação da

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa

Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19

Presença na *Internet*: www.dgtf.pt

E-mail: tesouro@dgtf.pt



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da atividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidos.



ÍNDICE

0. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. INTRODUÇÃO	8
2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO	9
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF	11
3.1. Apreciação Global	11
3.1.1. EBITDA ajustado - Transportes e Infraestrutura ferroviária	15
3.2. Sector da Saúde	15
3.3. Análise por sectores de Atividade	19
3.3.2. Comunicação Social	19
3.3.3. Cultura	21
3.3.4. Gestão de Infraestruturas	24
3.3.5. Requalificação Urbana e Ambiental	26
3.3.6. Serviços de Utilidade Pública	28
3.3.7. Transportes	31
3.3.8. Parapública	34
4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS	37
4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos	37
5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE	43
5.1. Investimento direto e financiamento global das EPNF	43
5.2. Limite ao endividamento das EPNF	47
6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	48
6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios	49
6.2. Dotações de Capital	51
6.3. Empréstimos	51
6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades	52
6.5. Garantias Concedidas	53
6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas	55
6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário	56
6.8. Programa de Recapitalização da Banca	57



7. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	58
8. INSTRUMENTOS DE GESTÃO RISCO FINANCEIRO	61
Quadro 8.1	62
IGRF Contratados por Sector	62
Quadro 8.2	63
Endividamento da Empresa e Valor de Mercado dos IGRF	63
Quadro 8.3	63
IGRF contratados por categoria de objetivo	63
Quadro 8.4	64
Análise de sensibilidade à variação Euribor	64
Quadro 8.5	65
Valor de mercado dos IGRF contratados (evolução 2010-2012)	65
9. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	65
10. PESO DO SEE NA ECONOMIA	67
10.1. Peso no Produto Interno Bruto	68
10.2. Peso no Emprego	68
10.3. Produtividade relativa do SEE	69
11. ANEXOS	70
11.1. Empresas Públicas em 2012 e 2011	70
11.2. Outras Participações (carteira acessória*)	73
11.3. Empresas em liquidação	74
11.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2012	75
11.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2011	76
11.6. Balanço das EPNF por sectores – 2012	77
11.7. Balanço das EPNF por sectores – 2011	78
11.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2012/2011	79
11.9. Balanço do Sector da Saúde – 2012/2011	80
11.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2012-2011	81
11.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2012-2011	82



Abreviaturas e Conceitos Utilizados

Abreviaturas	Significado
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
IFRS	International Financial Reporting Standards
IGRF	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro
ILDs	Infraestruturas de Longa Duração
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
MtM	Mark to Market
PIB _{pm}	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POCMS	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SA	Sociedade Anónima
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPA	Sector Público Administrativo
UTE	Unidade de Tesouraria do Estado

Conceitos	Fórmulas
Autonomia Financeira	Capital Próprio/ Total do Ativo
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Estrutura Patrimonial	Capitais Permanentes/(Ativo Não Corrente)
Margem do EBITDA	EBITDA/ Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VAB _{cf} / N.º Médio de Trabalhadores
Solvabilidade	Capital Próprio/ Total do Passivo
VAB _{cf}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a custo dos factores
VAB _{pm}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado = VAB _{cf} - Subsídios à Exploração
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços



0. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2012 o conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF), excluindo o sector da Saúde, registou uma melhoria de 53,7% no resultado líquido agregado face ao ano anterior, atingindo -350,7 M€, essencialmente influenciada pela evolução positiva dos resultados operacionais que aumentaram 427,6 M€, para 1.474,9 M€, ou seja, +40,8% relativamente ao exercício de 2011.

À melhoria verificada no desempenho económico das empresas correspondeu o aumento da capacidade de libertação de meios resultantes da sua atividade operacional, tendo-se registado um EBITDA agregado de 2.859,3 M€, o que consubstancia um acréscimo de 21,8% face ao exercício anterior.

O fator decisivo para esta melhoria foi o resultado atingido pela Parpública nas operações de reprivatização da EDP e REN, que geraram uma mais-valia de cerca de 663,0 M€.

Ao nível dos resultados operacionais, destacam-se ainda os contributos positivos dos sectores das Infraestruturas com um aumento de 40,7 M€ e dos Transportes que registou uma melhoria de 52,6 M€.

No sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, registou-se uma melhoria do EBITDA ajustado¹, em 249,7 M€ entre 2010 e 2012, passando de -245,1 M€ para +4,6 M€.

O resultado financeiro agregado agravou-se em 183,7 M€, essencialmente por via do aumento dos encargos financeiros, resultantes do incremento no endividamento das empresas do SEE.

O número de trabalhadores do conjunto destas empresas reduziu-se em 1.803, equivalente a -2,8% face ao ano anterior, o que, conjugado com as reduções salariais, determinou uma redução dos gastos com pessoal de 180,1 M€. Esta variação inclui os gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho.

A solvabilidade e a autonomia financeira destas empresas registou uma melhoria face a 2011, apesar dos capitais próprios se manterem negativos, em -219,1 M€, embora tenham apresentado uma melhoria de 55,0% face a 2011.

No setor da Saúde é de salientar a redução das dívidas a fornecedores ao longo do ano de 2012 que passaram de 2.508,4 M€ no início do ano para 1.444,1 M€ no final do 4.º trimestre.

¹ No âmbito do memorando de entendimento de políticas económicas e financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, medido através da evolução do EBITDA ajustado face a 2010.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da missão da Direção-Geral do Tesouro e Finanças de exercício da função acionista do Estado e do acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), procede-se à apreciação da situação económica e financeira das empresas públicas com participação direta do Estado, reportada a 31 de dezembro de 2012, e sobre os aspetos mais relevantes da atividade do Estado enquanto acionista, designadamente as alterações observadas no universo das suas participações, a atividade de investimento desenvolvida, as necessidades de financiamento globais, o esforço financeiro realizado e o peso do SEE na economia.

As entidades públicas empresariais do Sector da Saúde ainda não adotaram o SNC, apresentando as suas contas em POC², não podendo, por isso, ser agregadas com as contas das restantes empresas.

O processo de recolha e agregação dos elementos de informação mais relevantes, para efeitos de análise do desempenho e da situação económico-financeira das empresas, foi desenvolvido com recurso aos dados disponibilizados pelas empresas públicas através do SIRIEF.

² O POCMS não se encontra revogado, sendo atualmente o sistema contabilístico aplicável ao Sector da Saúde.



2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em 31 de dezembro de 2012, o Estado detinha diretamente, através da DGTF, um universo de 87 empresas públicas com participação direta relevante (**Anexo 11.1.**), cujo valor nominal ascendia a 33.917,5 M€, incluindo as entidades públicas empresariais.

Para além das empresas públicas, que são objeto de análise no presente relatório, integram também o SEE um vasto conjunto de empresas cuja manutenção na posse do Estado se reveste de carácter excecional ou transitório e que se encontram agrupadas na chamada “carteira acessória” de participações do Estado, identificadas no **Anexo 11.2.** O SEE inclui ainda as empresas em processo de liquidação, identificadas no **Anexo 11.3.**

No **Quadro 2.1.1** apresentam-se as principais alterações na carteira de participações do Estado ocorridas em 2012.

Quadro 2.1.1
Alterações na carteira de participações
Participações do Estado - síntese evolutiva

Sector	Ano		Entradas	Saídas	Var.	
	2012	2011				
Participações Relevantes	Comunicação Social	2	2		0	
	Cultura	3	3		0	
	Gestão de Infraestruturas	11	14		NAER - Novo Aeroporto, SA RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA ANA - Aeroportos de Portugal, SA	-3
	Requalificação Urbana e Ambiental	7	8		Arco Ribeirinho Sul, SA	-1
	Saúde	40	41	U. Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	Hospital Curry Cabral, EPE Hospital do Litoral Alentejano, EPE	-1
	Serviços de Utilidade Pública	0	2		AdP - Águas de Portugal, SA CTT - Correios de Portugal, SA	-2
	Transportes	7	7			0
	Parpública	1	1			0
	Outros Sectores	11	12	Portugal Capital Ventures, SA Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE	InovCapital, SA GeRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, EPE ANCP - Agência Nacional Compras Públicas, EPE	-1
	Empresas Públicas Financeiras	3	3			0
	Empresas Sediadas no Estrangeiro	1	1			0
	Organismos Internacionais	1	0	EMS - Mecanismo Europeu de Estabilidade		+1
<i>subtotal</i>		87	94			
Outras participações	Carteira Acessória	27	30	Parparticipadas, SGPS, SA Parup's, SA Parvalorem, SA IO - Investment Opportunities, SA Parques de Sintra - Montes da Lua, SA	BPN - Banco Português de Negócios, SA Sociedade Turística da Penina, SA SIMAB- S. Instaladora Mercados Abastecedores, EFACEC Internacional Financing, SGPS, SA LISNAVE - Estaleiros Navais, SA PROPNERV - Propriedades e Equipamentos, SA SPE - S. Portuguesa de Empreendimentos, SA Sociedade Pereira Pinto, Lda	-3
				TOTAL	114	124

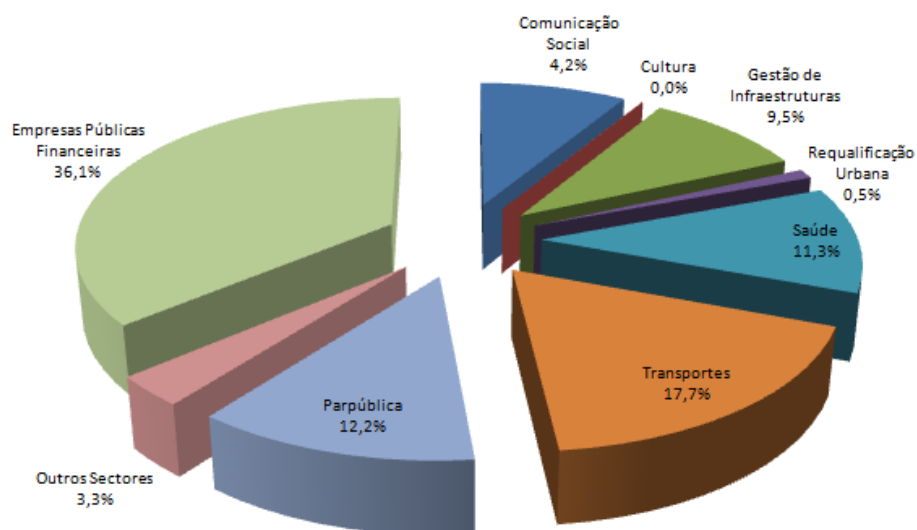
Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Tendo em conta o valor nominal das participações do Estado em empresas públicas, a estrutura do SEE por sectores de atividade é a representada no **Gráfico 2.1.1**³.

O sector das Empresas Públicas Financeiras, do qual se destaca a CGD, bem como o sector dos Transportes, correspondem no conjunto a cerca de 52,5% do montante global das participações sociais do Estado.

A PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., *holding* do Estado que assume um papel instrumental relevante na gestão de participações sociais e de património imobiliário e cuja carteira de participações em empresas do grupo e associadas ascende, em 31 de dezembro de 2012, a 4.200,1 M€, representa 13,0% do total das participações do Estado.

Gráfico 2.1.1
Empresas Públicas - Participações Directas do Estado/DGTF (31-12-2011)
Estrutura de Participações por Sectores de Actividade



Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

³ Não foi considerada a participação no Mecanismo Europeu de Estabilidade



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global⁴

O conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras⁵ (EPNF) registou, em 2012, uma melhoria do resultado líquido agregado face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 53,7% (**Quadro 3.1.1**), explicado pela evolução positiva dos resultados operacionais.

Os resultados financeiros globais registaram uma deterioração de 183,7 M€ que foi mais do que compensada pela melhoria registada nos resultados operacionais que, sem considerar os subsídios, aumentaram 494,2 M€, ou seja 70,3%, relativamente ao exercício de 2011.

Os resultados operacionais após subsídios registam igualmente uma evolução positiva face a 2011, de 40,8%, valor muito inferior ao registado antes de subsídios, o que indicia uma perda de peso destes no cômputo global dos resultados atingidos.

O desempenho económico das empresas que constituem o SEE refletiu-se no aumento da capacidade de libertação de meios resultantes da sua atividade operacional, tendo-se registado um EBITDA agregado de 2.859,3 M€, o que consubstancia um acréscimo de 21,8% face ao exercício anterior.

Quadro 3.1.1
Empresas Públicas Não Financeiras
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	Globais			
	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	1.196.779	702.547	494.232	70,3%
Resultado operacional após subsídios	1.474.925	1.047.278	427.647	40,8%
Resultado financeiro	(1.555.807)	(1.372.071)	(183.736)	-13,4%
Resultado líquido	(350.719)	(756.926)	406.207	53,7%
EBITDA	2.859.339	2.346.994	512.345	21,8%
Margem EBITDA	31,2%	24,7%	6,5 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

A melhoria verificada no resultado operacional deve-se ao contributo da Parpública que obteve uma mais-valia de 663,0 M€ nas operações de reprivatização da EDP e REN e ao aumento dos dividendos recebidos que atingiram um total de 241,0 M€.

⁴ Apreciação Global das EPNF, sem o sector da Saúde.

⁵ As empresas públicas financeiras (EPF) são objeto de apreciação no **Ponto 4**, deste relatório.



Este facto está refletido no **Quadro 3.1.2**, no qual a Parpública regista uma variação nos resultados operacionais entre 2011 e 2012 de 338,2 M€, sendo ainda de salientar a melhoria observada nos sectores dos Transportes, das Infraestruturas e da Comunicação Social.

Quadro 3.1.2
Empresas Públicas Não Financeiras
Variações de Resultados de 2012 / 2011 - Por sectores

Sector	Milhares de euros		
	Variações de R. operacionais	Variações de R. financeiros	Variações de R. líquidos
Comunicação Social	8.463	19.502	22.069
Cultura	(511)	(29)	(554)
Infraestruturas	40.748	(77.970)	33.792
Req. Urbana e Ambiental	4.272	(846)	3.615
Serviços de Utilidade Pública	(55.573)	8.890	(13.026)
Transportes	52.616	(70.196)	(17.406)
Parpública	338.209	(36.361)	364.357
Outros	39.424	(26.727)	13.359
Variação Total das EPNF	427.647	(183.736)	406.207

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O sector dos Serviços de Utilidade Pública, em que predominam a AdP e os CTT, apesar de ter registado um decréscimo de 55,6 M€ nos resultados operacionais, estes atingiram os 291,3 M€.

O agravamento dos resultados financeiros, extensível à generalidade dos sectores, com exceção para a Comunicação Social e para os Serviços de Utilidade Pública, anulou, em parte, o efeito das melhorias conseguidas nos resultados operacionais, nomeadamente nos sectores dos Transportes e das Infraestruturas.

Assim, ao nível dos resultados líquidos, para além do destaque da Parpública, pelo acima já referido, há ainda a destacar a variação positiva do sector da Comunicação Social (+22,0 M€), enquanto pela negativa se destaca os sectores dos Transportes (-17,4 M€) e dos Serviços de Utilidade Pública (-13,0 M€).

O volume de negócios e os gastos com pessoal (**Quadro 3.1.3**) registaram um comportamento comum na globalidade das empresas do SEE, com tendência para uma redução mais acentuada dos gastos com pessoal, em resultado da redução generalizada do número de efetivos e da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal.



A diminuição do efetivo médio em 1.803, equivalente a 2,8% face ao encerramento do exercício de 2011, mantém a trajetória descendente deste fator com implicações naturais em futuros exercícios.

Em consequência deste decréscimo e das reduções salariais impostas no âmbito do plano de redução de custos no SEE, os gastos com pessoal ficaram 180,1 M€ abaixo do montante registado em 2011. Esta variação inclui os gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho.

Quadro 3.1.3 Empresas Públicas Não Financeiras Indicadores de Gestão Operacional

	Globais			
	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	9.159.276	9.507.062	(347.787)	-3,7%
Gastos com Pessoal	2.120.260	2.300.339	(180.078)	-7,8%
VABcf	4.379.581	4.632.831	(253.250)	-5,5%
N.º médio de trabalhadores	62.096	63.899	(1.803)	-2,8%
VABcf <i>per capita</i>	70,5	72,5	(2,0)	-2,7%

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

A produtividade média dos trabalhadores – medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo de fatores (VABcf) per capita – registou um decréscimo de 2,7%, em termos nominais.

O ativo do conjunto destas empresas aumentou em 2012 cerca de 3.807,7 M€, conforme ilustra o **Quadro 3.1.4.** Concorreu especialmente para este aumento o acréscimo nos investimentos em ativos intangíveis da ANA, 1.957,4 M€, e da EP, 1.232,6 M€.



Quadro 3.1.4 Empresas Públicas Não Financeiras Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	Globais			
	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	72.128.044	68.320.349	3.807.695	5,6%
Capital próprio	(219.116)	(486.810)	267.693	55,0%
Interesses minoritários	988.912	906.555	82.357	9,1%
Passivo	72.347.160	68.807.158	3.540.002	5,1%
Autonomia financeira (%)	-0,3%	-0,7%	0,4 p.p.	
Solvabilidade (%)	-0,3%	-0,7%	0,4 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	94,6%	95,1%	-0,5 p.p.	

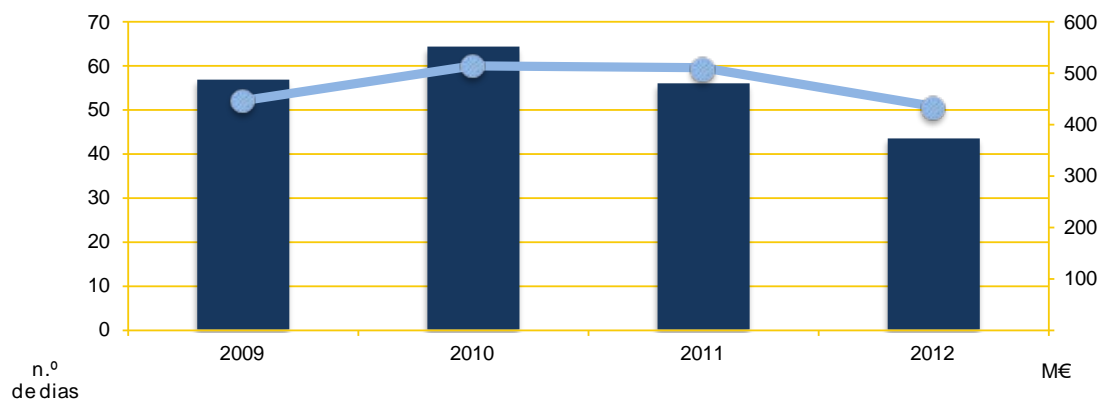
Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

Apesar do nível dos capitais próprios se manter negativo, assinala-se a melhoria verificada nos mesmos, que registam agora um total de -219,1 M€, ou seja, uma melhoria de 55,0% face a 2011.

O passivo agregado das EPNF registou um aumento de 3.540,0 M€ relativamente a 2011, o que reflete o aumento do endividamento destas empresas.

O gráfico seguinte representa a evolução do prazo médio de pagamentos das EPNF, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril), conjugado com o saldo médio de dívidas a terceiros.

Gráfico 3.1.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos



Fonte: DGTF

■ Dívidas a Fornecedores CP ● PMP

Em 2012, acentuou-se a redução do volume de dívidas a fornecedores, situando-se abaixo dos 400 M€, não obstante a conjuntura financeira particularmente difícil que o SEE teve de enfrentar. O PMP registou igualmente uma descida acentuada, atingindo os 50 dias.

3.1.1. EBITDA ajustado - Transportes e Infraestrutura ferroviária

No âmbito do memorando de entendimento de políticas económicas e financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária.

Para o efeito, determinou-se utilizar como métrica a evolução o EBITDA ajustado face a 2010, expurgado de variações de justo valor e rúbricas de efeitos extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de encargos com redução de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução de 249,7 M€, entre 2010 e 2012, no EBITDA ajustado do sector dos transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, passando de um EBITDA ajustado de -245,1 M€ em 2010 para 4,6 M€ em 2012.

O **Quadro 3.1.5.** demonstra os cálculos efetuados para a construção deste indicador, evidenciando a evolução do mesmo entre 2010 e 2012.

Quadro 3.1.5. – Demonstração de resultados – EBITDA ajustado

Unidades: Milhares de euros

Demonstração de Resultados Ajustada Agregado	2010	2011	2012	Δ 2010-2012
Vendas e Serviços Prestados ⁽¹⁾	549.380,4	563.100,8	596.029,6	46.649,3
Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	198.902,6	218.337,3	171.916,2	-26.986,4
Outros Subsídios e Compensações Financeiras	4.675,2	6.496,4	7.151,8	2.476,7
Proveitos Operacionais	752.958,1	787.934,5	775.097,6	22.139,5
CMVMC	83.634,6	82.388,5	47.523,2	-36.111,5
FSE ⁽²⁾	458.094,0	417.121,2	394.716,6	-63.377,4
Custos com Pessoal ⁽³⁾	456.360,8	385.286,0	328.241,7	-128.119,1
Despesas Operacionais	998.089,4	884.795,7	770.481,5	-227.608,0
EBITDA Ajustado	-245.131,3	-96.861,2	4.616,2	249.747,5

(1) - Incluindo acerto relativo ao acordo do passe "L" e excluindo IFRIC

(2) - Excluindo IFRIC

(3) - Excluindo investimento em indemnizações relativas a reduções de pessoal

3.2. Sector da Saúde

No decorrer de 2012 prosseguiu o processo de reorganização do sector da Saúde, tendo por objetivo a otimização da oferta dos serviços de saúde com uma gestão mais racionalizada da procura, permitindo alcançar uma maior eficiência.



O modelo seguido, de integração total de cuidados, contribuirá para o aumento de eficiência dos serviços. Entre outras consequências, proporcionou desde logo a redução, em cerca de metade, da estrutura orgânica, administrativa e funcional das unidades de saúde abrangidas neste processo, sendo acompanhada pela implementação de mecanismos conducentes a uma organização integrada e conjunta que devem tornar mais eficiente a gestão hospitalar das unidades de saúde envolvidas.

A implementação desse processo implicou, naturalmente, alterações na composição da carteira de participações do Estado neste sector. Foi criada uma nova entidade no decorrer do ano de 2012, a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE⁶, que resultou da fusão entre unidades de saúde já existentes, pertencentes quer ao SEE, quer ao Sector Público Administrativo (SPA).

Adicionalmente ocorreram outras ações de consolidação do sector, tais como a integração do Hospital Curry Cabral, EPE e da Maternidade Alfredo da Costa no Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE.

Desta alteração na composição da carteira de participações do Estado, resulta a impossibilidade de comparabilidade direta⁷ entre os exercícios objeto de avaliação no presente relatório, pelo que na análise dos dados do sector este facto deverá estar sempre presente.

Quadro 3.2.1
Sector da Saúde
Listagem de unidades de saúde objecto de Transformação/Fusão em 2012

Novas unidades de saúde	Unidades de saúde que se fundem
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE*	Hospital de Curry Cabral, EPE Maternidade Dr. Alfredo da Costa Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE**	Hospital do Litoral Alentejano Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Litoral

(*) - Criado pelo Decreto-Lei n.º 44/2012, de 23 de fevereiro, publicado na Série I do Diário da República n.º39, de fevereiro.

(**) - Criado pelo Decreto-Lei n.º 238/2012, de 31 de outubro, publicado na Série I do Diário da República n.º211, de fevereiro.

Fonte: Diário da República

As mudanças ocorridas no sector da Saúde traduziram-se na redução de duas entidades face ao universo existente em 2011. No final do exercício de 2012, a carteira de participações do Estado no sector da Saúde era composta por 40 entidades, em contraponto com as 41 existentes no período anterior.

O desempenho das unidades de saúde, com dimensões bastante variadas, está condicionado ao meio onde estão inseridas, com realidades muito heterogéneas, factos que se refletem nos seus desempenhos individuais.

⁶ Resulta da fusão do Hospital do Litoral Alentejano, EPE com o Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Litoral (ACES Alentejo Litoral).

⁷ Em resultado das alterações verificadas neste sector de atividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter em consideração as referidas transformações.



Assim, a título demonstrativo, em 2012 o valor do ativo líquido mais elevado no sector, do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE, era 73 vezes o ativo líquido da empresa de menor dimensão, o Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE, enquanto que o volume de negócios dessas mesmas entidades apresentava uma proporção de apenas 13 vezes entre si.

Ao nível do resultado operacional agregado (**Quadro 3.2.2**), este passou de -400,4 M€ em 2011, para -380,0 M€ em 2012, representando uma melhoria de 5,1%.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o sector apresentou um resultado líquido agregado de -335,0 M€, o que representa uma evolução favorável de 9,8% face ao exercício anterior.

De sublinhar que, em universo comparável, o desempenho do sector da Saúde registaria uma evolução favorável de 12,0%. As novas entidades, em conjunto, registaram um resultado líquido de -104,8 M€.

Quadro 3.2.2
Sector da Saúde
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2012	2011	Variação		2012 Univ. Comp.	2011 Univ. Comp.	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(392.756)	(408.222)	15.466	3,8%	(257.535)	(294.946)	37.411	12,7%
Resultado operacional após subsídios	(380.019)	(400.435)	20.416	5,1%	(252.786)	(290.029)	37.242	12,8%
Resultado financeiro	25.481	333	25.147	7549,6%	15.864	(374)	16.238	4341,9%
Resultado líquido	(335.034)	(371.635)	36.601	9,8%	(230.197)	(261.520)	31.323	12,0%
EBITDA	(187.789)	(220.967)	33.178	15,0%	(382.571)	(424.084)	41.514	9,8%
Margem EBITDA	-4,4%	-5,5%	1,1 p.p.		-13,9%	-14,5%	0,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Ao nível do volume de negócios (**Quadro 3.2.3**), em universo comparável, verifica-se uma retração de 5,8%. Tal facto é justificado pela redução dos preços dos serviços pagos e pela limitação dos valores contratados pelo Ministério da Saúde em diversas linhas de atividade.

O maior volume de negócios foi registado pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra EPE, com 361,9 M€, seguindo-se o Centro Hospitalar Lisboa Central EPE com 342,0 M€.

No que concerne aos custos com pessoal, tendo ocorrido uma redução de 741 trabalhadores no número de efetivos, registou-se uma diminuição de 4,9% face ao final do exercício de 2011.

A redução no volume de negócios, conforme acima já abordado, foi a principal causa para a diminuição da produtividade do universo dos hospitais EPE, calculado pelo VAB_{cf} *per capita*.



Quadro 3.2.3
Sector da Saúde
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação		2012 Univ. Comp.	2011 Univ. Comp.	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	4.294.077	4.026.002	268.075	6,7%	2.752.282	2.920.421	(168.139)	-5,8%
Custos com pessoal	2.439.292	2.245.733	193.559	8,6%	1.551.713	1.630.813	(79.100)	-4,9%
VABcf	2.061.417	1.870.960	190.457	10,2%	1.329.854	1.372.311	(42.457)	-3,1%
N.º médio de trabalhadores	93.276	92.709	567	0,6%	60.204	60.945	(741)	-1,2%
VABcf per capita	22,1	20,2	1,9	9,5%	22,1	22,5	(0,4)	-1,9%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A dimensão diversa da estrutura patrimonial apresentada pelas várias entidades que compõem o sector mostra, mais uma vez, a heterogeneidade que acima se aludiu. Desse modo observou-se que o ativo líquido varia entre os 673,7 M€ do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE e os 9,2 M€ do Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE.

As alterações ocorridas no património destas entidades derivaram, genericamente, do efeito da faturação, ainda por validar pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), e dos adiantamentos recebidos sobre a mesma, gerando por esta via um impacto quer no ativo, quer no passivo, nas rubricas de «Acréscimos de Proveitos» e «Adiantamento de Clientes», respetivamente.

A maior diminuição registada no ativo líquido do sector corresponde ao IPO do Porto, -175,0 M€, acompanhada de uma diminuição semelhante do lado do passivo, em cerca de 177,1 M€. O maior aumento do ativo líquido, verifica-se no Centro Hospitalar de Lisboa Norte, crescendo 148,8 M€, com um correspondente aumento do passivo de 245,2 M€. Em ambos os casos pela razão mencionada acima, sendo que neste último se verificou ainda um agravamento dos resultados transitados.

O acumular de resultados líquidos negativos justifica o agravamento dos capitais próprios em 203,0 M€.

Quadro 3.2.4
Sector da Saúde
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação		2012 Univ. Comp.	2011 Univ. Comp.	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Ativo líquido	5.339.142	5.948.050	(608.909)	-10,2%	4.007.267	4.155.367	(148.099)	-3,6%
Capital próprio	517.260	849.849	(332.589)	-39,1%	454.718	657.722	(203.005)	-30,9%
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	4.821.882	5.098.201	(276.319)	-5,4%	3.552.550	3.497.644	54.906	1,6%
Autonomia financeira (%)	9,7%	14,3%	-4,6 p.p.		11,3%	15,8%	-4,5 p.p.	
Solvabilidade (%)	10,7%	16,7%	-5,9 p.p.		12,8%	18,8%	-6,0 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	33,1%	50,1%	-17,0 p.p.		39,4%	52,6%	-13,2 p.p.	

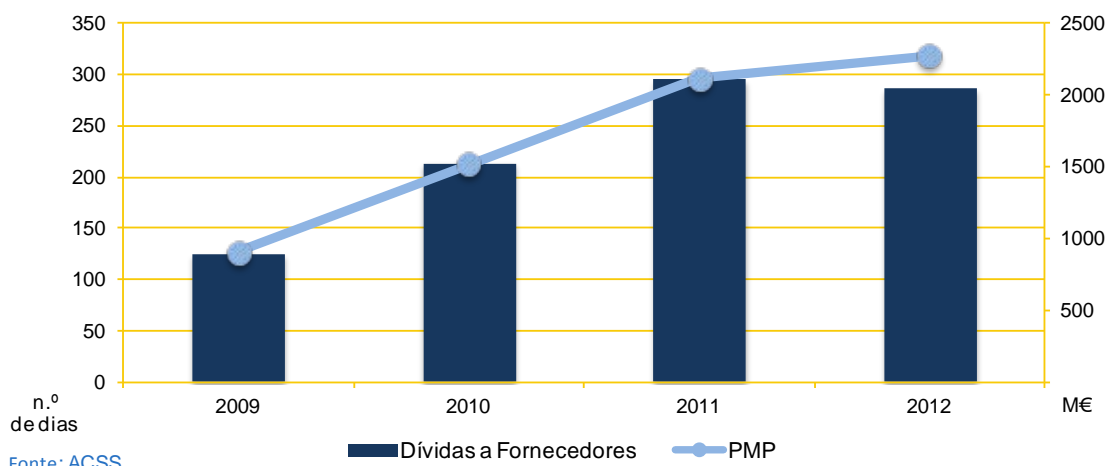
Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O prazo médio de pagamentos a fornecedores aplicado ao sector da Saúde, tal como definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, no âmbito do



Programa Pagar a Tempo e Horas⁸, em paralelo com o saldo médio de dívidas a fornecedores, é apresentado no **Gráfico 3.2.1**

Gráfico 3.2.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



A evolução desfavorável que se registou em 2012, onde o prazo médio de pagamentos a fornecedores atingiu os 318 dias, deriva das condições macroeconómicas globais adversas, conjugado com a redução dos preços pagos em diversas linhas de atividade às várias entidades do sector pelos serviços prestados, de acordo com o contrato programa definido pelo Ministério da Saúde, tendo gerado por essa via uma diminuição nas receitas.

Contudo é de se salientar o esforço na redução das dívidas a fornecedores ao longo do ano de 2012, ao passar dos 2.508,4 M€ no 1.º trimestre para os 1.444,1 M€ no final do 4.º trimestre, sendo de esperar uma conseqüente diminuição do PMP a fornecedores no sector nos trimestres seguintes.

3.3. Análise por sectores de Atividade⁹

3.3.2. Comunicação Social

Este sector integra a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA, sendo a sua evolução determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão mais expressiva.

⁸ Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril, correspondendo a um dos objetivos previstos no “*Small Business Act*” para a Europa, adotada pela Comissão Europeia em 25 de junho de 2008.

⁹ Não se efetua neste capítulo a análise das empresas consideradas em “Outros Sectores” por englobar um conjunto de entidades heterogêneo e disperso por diversas áreas.



Em 2012, o resultado líquido (**Quadro 3.3.1.1**) do sector da comunicação social melhorou 22,1 M€ face ao ano anterior, evolução resultante do aumento do EBITDA e da melhoria dos resultados financeiros.

Em termos de desempenho operacional, deve ser salientada a variação do resultado operacional antes de subsídios, que registou uma melhoria de 32,2% face a 2011.

Quadro 3.3.1.1 Sector da Comunicação Social Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(51.036)	(75.231)	24.194	32,2%
Resultado operacional após subsídios	22.570	14.107	8.463	60,0%
Resultado financeiro	26.320	6.818	19.502	286,0%
Resultado líquido	41.612	19.543	22.069	112,9%
EBITDA	29.227	21.943	7.284	33,2%
Margem EBITDA	14,4%	9,5%	4,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O resultado operacional obtido decorreu do esforço efetuado na redução dos custos operacionais, em cerca de 45,4 M€, compensando a diminuição do volume de negócios, em 27,5 M€ (**Quadro 3.3.1.2**).

O valor das indemnizações compensatórias recebidas pela RTP foi inferior ao verificado em 2011 em cerca de 15,8 M€.

Quadro 3.3.1.2 Sector da Comunicação Social Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	203.242	230.789	(27.547)	-11,9%
Gastos com Pessoal	90.326	119.228	(28.902)	-24,2%
VABcf	136.053	162.798	(26.745)	-16,4%
N.º médio de trabalhadores	2.287	2.427	(140)	-5,8%
VABcf per capita	59,5	67,1	(7,6)	-11,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à situação patrimonial do sector (**Quadro 3.3.1.3**), verifica-se uma melhoria de todos os indicadores, explicada pela redução do passivo da RTP, através de um aumento de capital de



344,5 M€, na sequência da conversão do empréstimo contraído pela empresa junto do DEPFA Bank, plc..

Assim, os capitais próprios do sector evoluíram para os -76,5 M€, originando uma melhoria na solvabilidade do sector, bem como nos restantes indicadores.

Quadro 3.3.1.3 Sector da Comunicação Social Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	375.876	384.910	(9.034)	-2,3%
Capital próprio	(76.495)	(462.426)	385.931	83,5%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	452.371	847.336	(394.965)	-46,6%
Autonomia financeira (%)	-20,4%	-120,1%	99,8 p.p.	
Solvabilidade (%)	-16,9%	-54,6%	37,7 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	31,7%	-102,1%	133,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

3.3.3. Cultura

O sector da Cultura integra atualmente três entidades públicas empresariais gestoras de estruturas vocacionadas para o desenvolvimento de atividades artísticas cénicas e musicais:

- Teatro Nacional D. Maria II, EPE;
- Teatro Nacional de São João, EPE, que gere o Teatro Nacional de São João, o Teatro Carlos Alberto e o Mosteiro de São Bento da Vitória;
- OPART - Organismo de Produção Artística, EPE, que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, e integra ainda a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o coro do Teatro Nacional de São Carlos.

Pelo Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, o sector da Cultura foi reestruturado, tendo:

- A Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, IP sido transformada em entidade pública empresarial, passando a denominar-se Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, EPE;
- A Companhia Nacional de Bailado, EPE (CNB, EPE) sido criada por cisão do Organismo de Produção Artística, EPE (OPART, EPE);
- O OPART, EPE alterado a sua denominação, passando a designar-se Teatro Nacional de São Carlos, EPE. (TNSC, EPE);
- O Teatro Nacional D. Maria II, EPE (TNDM II, EPE) e o Teatro Nacional São João, EPE (TNSJ, EPE) mantido a respetiva natureza jurídica e denominação;



- Sido autorizada a constituição de um agrupamento complementar de empresas, o GESULT — Serviços Partilhados da Cultura, ACE, s (GESULT, ACE), cujo objetivo é a gestão partilhada de recursos e de serviços na área da cultura.

O artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, diploma de execução orçamental para 2013, em vigor desde 12 de março de 2013, suspendeu durante o ano de 2013 a aplicação do DL n.º 208/2012 e reprimou, nomeadamente, os diplomas que constituíram o OPART, EPE, TNSJ, EPE e TNDM II, EPE.

Quadro 3.3.2.1 Sector da Cultura Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(20.572)	(24.308)	3.736	15,4%
Resultado operacional após subsídios	(41)	470	(511)	-108,8%
Resultado financeiro	(2)	27	(29)	-106,3%
Resultado líquido	(86)	467	(554)	-118,5%
EBITDA	634	1.281	(646)	-50,5%
Margem EBITDA	13,7%	19,0%	-5,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Apesar do esforço efetuado na redução de gastos operacionais, em particular nos fornecimentos e serviços externos, -29,1%, e nos gastos com o pessoal, -11,6%, no conjunto do sector verificou-se uma degradação dos resultados operacionais após subsídios resultante de uma redução, em termos agregados, de 17,0% das indemnizações compensatórias atribuídas.

O resultado líquido do sector foi de -86,4 m€ em 2012, penalizado igualmente pela degradação dos resultados financeiros.



Quadro 3.3.2.2 Sector da Cultura Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	4.627	6.749	(2.122)	-31,4%
Gastos com Pessoal	16.182	18.306	(2.124)	-11,6%
VABcf	17.708	21.386	(3.678)	-17,2%
N.º médio de trabalhadores	542	557	-15	-2,6%
VABcf per capita	32,7	38,4	(5,8)	-15,0%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O contexto económico desfavorável refletiu-se na redução significativa, quer do número de espetáculos disponibilizados, quer na procura dos mesmos, com maior impacto nas atividades desenvolvidas pelo OPART, originando que o volume de negócios do sector registasse um decréscimo de 31,4%.

A maior contribuição para o volume de negócios provém da atividade do TNDM II, tendo esta entidade absorvido apenas 2,0% dos subsídios atribuídos às empresas do sector. Assinale-se que em 2012 os subsídios à atividade desta empresa, foram reduzidos em 20,0%, face ao ano anterior.

No que concerne aos gastos com pessoal, a conjugação da redução do número de trabalhadores com a suspensão dos subsídios de natal e de férias traduziu-se numa redução destes gastos em cerca de 2,1 M€ comparativamente com o período homólogo, atingindo o valor de 16,2 M€.

Quadro 3.3.2.3 Sector da Cultura Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	8.811	9.405	(594)	-6,3%
Capital próprio	301	471	(170)	-36,1%
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	8.510	8.934	(424)	-4,8%
Autonomia financeira (%)	3,4%	5,0%	-1,6 p.p.	
Solvabilidade (%)	3,5%	5,3%	-1,7 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	135,9%	109,3%	26,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O rácio da estrutura patrimonial das empresas do sector da Cultura foi influenciado negativamente pelo OPART, cujos resultados refletem uma provisão referente a um processo



em contencioso. O OPART, cujos capitais próprios atingem -3,4 M€, revela a necessidade de uma reestruturação financeira, pelo peso excessivo do passivo da sociedade na estrutura do balanço. A este facto acresce que o Decreto-Lei que reestrutura o sector da Cultura prevê que estas empresas reduzam os seus capitais estatutários para 200,0 m€.

3.3.4. Gestão de Infraestruturas

Este sector é responsável pela promoção das condições de acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias no interior do País, e entre Portugal e o resto do mundo. Este conjunto integra empresas gestoras de infraestruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, ferroviárias e outras infraestruturas e tem como objetivo permanente promover a coesão territorial, a melhoria da mobilidade, das acessibilidades nacionais e da conectividade internacional, atenuando a situação periférica do país e das suas regiões no contexto global.

Trata-se de um sector de elevada intensidade de capital, financeiramente alavancado e relativamente exposto às variações das procuras interna e externa e à conjuntura financeira, nacional e internacional.

Em 2012 o sector apurou um lucro de 57,5 M€ (**Quadro 3.3.3.1**), o que representa um aumento de 33,8 M€ em relação ao ano anterior. Para esta evolução contribuiu maioritariamente o sector Ferroviário ao crescer 70,1 M€, não obstante continuar a apresentar um resultado líquido negativo, e o sector das Infraestruturas Aéreas, crescendo 39,3 M€. O sector das Infraestruturas Rodoviárias (integrando apenas a EP), apesar de ainda apresentar lucro, registou uma acentuada redução do seu resultado líquido face ao ano anterior, de - 107,1 M€.

Esta evolução foi determinada pela melhoria dos resultados operacionais, os quais atingiram 499,1 M€, o correspondente a um crescimento de 8,9% face ao ano de 2011, com a REFER, EDIA e ANA a apresentarem os maiores contributos, ao aumentarem os resultados operacionais em 61,0 M€, 34,2 M€ e 12,0 M€, respetivamente.

Em contrapartida, a EP sofreu uma quebra de 72,3 M€, sendo no entanto de referir que o decréscimo dos proveitos face a anos anteriores, resultou do ciclo de exploração em que se encontra o contrato de concessão da EP, caracterizado até meados de 2012 por uma intensa atividade de construção, nomeadamente, por via das subconcessões, com o conseqüente peso crescente dos encargos financeiros não capitalizáveis que atingiram 76,0 M€, devido à entrada em exploração de diversos troços já concluídos. A EP é responsável maioritária pela evolução dos resultados financeiros do sector das Infraestruturas, que foram de -410,1 M€ em 2012.



Quadro 3.3.3.1 Sector das Infraestruturas Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	458.830	420.820	38.010	9,0%
Resultado operacional após subsídios	499.058	458.310	40.748	8,9%
Resultado financeiro	(410.075)	(332.105)	(77.970)	-23,5%
Resultado líquido	57.485	23.693	33.792	142,6%
EBITDA	847.957	798.455	49.502	6,2%
Margem EBITDA	33,1%	27,3%	5,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O aumento do EBITDA (6,2%) e da correspondente margem (5,8 p.p.) apontam para a ocorrência de ganhos de eficiência no sector das Infraestruturas em 2012, conforme se pode observar a partir dos indicadores apresentados no quadro anterior.

Das variações mais significativas no volume de negócios ([Quadro 3.3.3.2](#)) há que referir a EP, com - 366,5 M€, a REFER, com -30,3 M€, e a ANA, com um crescimento de 29,2 M€, sendo de salientar que na EP e na ANA, as variações destes proveitos estão relacionadas com a atividade referente às respetivas concessões e como tal, de acordo com a IFRIC 12, são registadas em igual montante como custos, produzindo um efeito nulo sobre o resultado líquido das empresas.

Na REFER, o elevado número de rescisões por mútuo acordo assinadas no final de 2011 teve um impacto substancial nos gastos com pessoal durante o ano de 2012, contribuindo decisivamente para a diminuição de 12,1% dos gastos com pessoal do sector.

Quadro 3.3.3.2 Sector das Infraestruturas Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	2.560.017	2.925.959	(365.942)	-12,5%
Gastos com Pessoal	383.834	436.464	(52.630)	-12,1%
VABcf	1.174.351	1.217.215	(42.864)	-3,5%
N.º médio de trabalhadores	8.066	8.666	(600)	-6,9%
VABcf per capita	145,6	140,5	5,1	3,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A produtividade média por trabalhador cresceu 3,7%, decorrente da elevada diminuição do número de trabalhadores (-600).



A nível patrimonial (**Quadro 3.3.3.3**), o ativo líquido do sector das Infraestruturas aumentou em 2.837,0 M€, quando comparado com o ano de 2011, suportado pela ANA, com a aquisição do direito de concessão (1.200,0 M€), e pela EP, pelo aumento do investimento em ativos intangíveis (1.226,5 M€).

Quadro 3.3.3.3
Sector das Infraestruturas
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	29.928.561	27.091.560	2.837.002	10,5%
Capital próprio	518.373	413.107	105.266	25,5%
Interesses minoritários	0	0	0	-
Passivo	29.410.189	26.678.453	2.731.736	10,2%
Autonomia financeira (%)	1,7%	1,5%	0,2 p.p.	
Solvabilidade (%)	1,8%	1,5%	0,2 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	116,5%	121,6%	-5,0 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O acréscimo no capital próprio resultou, no essencial, de um aumento do capital estatutário da EP, no montante de 134,0 M€, ocorrido no final de 2012, conjugado com o aumento do resultado líquido obtido pela globalidade do sector. Parte deste incremento foi absorvido por reexpressões efetuadas sobre as contas da REFER (exercício de 2011) que se traduziram num agravamento dos resultados transitados.

Em consequência, os rácios de autonomia financeira e solvabilidade registaram ligeiras melhorias face a 2011, tendo para tal contribuído a generalidade das empresas deste sector, com exceção da REFER e APSS, cujos capitais próprios registaram uma redução.

O crescimento do ativo do sector foi acompanhado por um aumento do passivo de 2.731,7 M€, fortemente impulsionado pelo acréscimo do endividamento da EP e da ANA.

3.3.5. Requalificação Urbana e Ambiental

No período em análise, o sector da Requalificação Urbana e Ambiental é constituído por sete empresas¹⁰, destacando-se o grupo Parque Expo, pelo peso que a sua atividade assume no conjunto das empresas do sector¹¹.

Os resultados do sector são explicados, na sua quase totalidade, pelo grupo Parque Expo, pois as restantes empresas do sector apresentam resultados nulos, ou tendencialmente nulos, em

¹⁰ Costa Polis, Polis Litoral da Ria de Aveiro, Polis Litoral Sudoeste, Viana Polis, Polis Litoral Norte, Polis Ria Formosa e Parque Expo.

¹¹ Neste sector estão incluídas empresas com um horizonte temporal definido, em função dos respetivos projetos de reabilitação urbana e ambiental.



face de recomendações¹² por parte da Comissão de Normalização Contabilística e dos órgãos de fiscalização destas empresas.

Durante o ano de 2012, este sector fica marcado pela execução de um plano de venda de ativos e participações financeiras, tendo em vista a liquidação e extinção da Parque Expo. Destaca-se a alienação do Pavilhão Atlântico e das sociedades participadas Atlântico e Blueticket, bem como a transferência e assunção da gestão urbana do Parque das Nações para a autarquia de Lisboa.

Este plano fez-se sentir a nível operacional, através da redução do volume de negócios (**Quadro 3.3.4.1**), bem como dos gastos operacionais. É de salientar, face a 2011, que a redução do valor com provisões, reduções de justo valor e de outros gastos e perdas contabilizados conduziram o sector para um EBITDA positivo.

Em termos de resultado financeiro, assistiu-se a um ligeiro agravamento do mesmo como consequência do aumento dos custos com serviços bancários e dos juros suportados, não obstante a diminuição do endividamento bancário.

Quadro 3.3.4.1 **Requalificação Urbana e Ambiental** **Evolução dos Resultados**

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(2.650)	(7.014)	4.364	62,2%
Resultado operacional após subsídios	(2.590)	(6.861)	4.272	62,3%
Resultado financeiro	(14.051)	(13.206)	(846)	-6,4%
Resultado líquido	(15.073)	(18.687)	3.615	19,3%
EBITDA	2.291	(8.924)	11.215	125,7%
Margem EBITDA	8,4%	-24,8%	33,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O volume de negócios neste sector (**Quadro 3.3.4.2**) é integralmente justificado pelo grupo Parque Expo, o qual registou um decréscimo de 23,8% face a 2011. Essencialmente, este factor resulta da redução do valor das vendas imobiliárias e da conceção de projetos, em cerca de 4,6 M€ e 2,1 M€, respetivamente.

¹² "Os critérios de contabilização que conduziram a um resultado líquido do exercício nulo, por diferimento dos saldos das rubricas de rendimentos e de gastos, os quais serão imputados aos investimentos promovidos pelas sociedades aquando da finalização dos mesmos".



Quadro 3.3.4.2 Requalificação Urbana e Ambiental Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	27.410	35.984	(8.574)	-23,8%
Gastos com Pessoal	10.016	12.534	(2.518)	-20,1%
VABcf	10.003	14.321	(4.318)	-30,2%
N.º médio de trabalhadores	273	322	(49)	-15,2%
VABcf per capita	36,6	44,5	(7,8)	-17,6%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Os gastos com pessoal registaram um decréscimo significativo face a 2011 (-20,1%), decorrente da diminuição do número de efetivos ao serviço da empresa Parque Expo, que acabou o ano com 124 colaboradores, menos 36 que no ano de 2011, e da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal.

Quadro 3.3.4.3 Requalificação Urbana e Ambiental Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	545.638	577.735	(32.097)	-5,6%
Capital próprio	143.274	180.391	(37.118)	-20,6%
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	402.364	397.343	5.022	1,3%
Autonomia financeira (%)	26,3%	31,2%	-5,0 p.p.	
Solvabilidade (%)	35,6%	45,4%	-9,8 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	62,4%	68,0%	-5,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2012 o sector verificou uma diminuição do seu ativo (**Quadro 3.3.4.3**), praticamente no mesmo montante que a redução nos seus capitais próprios, essencialmente devido a ajustamentos à dívida da Câmara Municipal de Loures, reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos fixos corpóreos e pelo aumento das provisões para processos judiciais em curso.

3.3.6. Serviços de Utilidade Pública

Durante o exercício de 2012, o sector de Serviços de Utilidade Pública, composto pela Águas de Portugal (AdP) e Correios de Portugal (CTT), registou um agravamento do resultado líquido em 9,0%, por conjugação do agravamento do resultado operacional (-16,0%) com a melhoria do resultado financeiro (+12,5%).



Quadro 3.3.5.1
Serviços de Utilidade Pública
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	291.318	346.891	(55.573)	-16,0%
Resultado operacional após subsídios	291.318	346.891	(55.573)	-16,0%
Resultado financeiro	(62.046)	(70.936)	8.890	12,5%
Resultado líquido	132.395	145.421	(13.026)	-9,0%
EBITDA	551.566	612.359	(60.794)	-9,9%
Margem EBITDA	37,0%	38,4%	-1,4 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O agravamento do resultado operacional observa-se em ambas as empresas, sendo de salientar os CTT, pela quebra mais acentuada em termos percentuais (-23,2%), correspondendo a uma redução de 5,4 M€, enquanto a AdP apresenta uma quebra maior em valor absoluto (-46,5 M€), o que corresponde a -9,6% face ao ano de 2011.

No que se refere aos resultados financeiros, o Grupo AdP é responsável pela melhoria verificada, ao reduzir os seus prejuízos financeiros em 14,3 M€, para -76,3 M€, enquanto o Grupo CTT agrava os resultados em 5,4 M€, mantendo no entanto resultados financeiros positivos de 14,2 M€ em 2012.

A redução verificada no EBITDA resultou essencialmente da quebra do volume de negócios de 6,1% verificada nos CTT, decorrente do decréscimo do volume de correio enviado, e de 5,4% na AdP, resultado da redução dos desvios tarifários, que se situaram 42,0% abaixo do registado no ano anterior.

Quadro 3.3.5.2
Serviços de Utilidade Pública
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.490.734	1.595.322	(104.588)	-6,6%
Gastos com Pessoal	469.516	506.292	(36.775)	-7,3%
VABcf	970.329	1.071.341	(101.011)	-9,4%
N.º médio de trabalhadores	19.250	19.723	(473)	-2,4%
VABcf per capita	50,4	54,3	(3,9)	-7,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



No que se refere a gastos operacionais, é de salientar a diminuição dos gastos com o pessoal em cerca de 7,3%, em especial nos CTT, por via da redução do número de trabalhadores, dos quais 306 por aposentação, e da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal.

Refira-se ainda uma ligeira diminuição de 0,8% nos FSE, pela redução 10,0 M€ nos CTT, enquanto a AdP verificou um aumento 6,1 M€, essencialmente explicado pelos gastos com energia.

Não obstante a redução dos gastos operacionais e a redução de trabalhadores, a produtividade média dos trabalhadores – medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo de fatores (VAB_{cf}) – registou um decréscimo de 7,2% em termos nominais.

Quadro 3.3.5.3 Serviços de Utilidade Pública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	8.661.487	8.545.508	115.979	1,4%
Capital próprio	1.409.383	1.306.046	103.337	7,9%
Interesses minoritários	308.655	279.765	28.891	10,3%
Passivo	7.252.104	7.239.462	12.642	0,2%
Autonomia financeira (%)	16,3%	15,3%	1,0 p.p.	
Solvabilidade (%)	19,4%	18,0%	1,4 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	104,0%	103,2%	0,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O ativo líquido consolidado do sector registou, em 2012, um acréscimo de 116,0 M€ (**Quadro 3.3.5.3**), refletindo, sobretudo, o crescimento do défice tarifário na AdP.

Em contrapartida, o passivo do sector registou um aumento pouco expressivo, explicado pelos CTT, através do aumento das provisões em 16,2 M€.

O aumento registado nos capitais próprios ficou a dever-se principalmente à AdP, 101,5 M€, mas também aos CTT, 1,9 M€.

Importa salientar na AdP que as rubricas “Desvio tarifário ativo” (508,2 M€) e “Desvio tarifário passivo” (120,2 M€) registados no Balanço, representam as diferenças entre as tarifas e preços praticados face às que corresponderiam à recuperação dos gastos incorridos, acrescidas da remuneração dos capitais próprios prevista nos contratos de concessão. As situações ativas respeitam a défices tarifários e as passivas a superávits tarifários, devendo a respetiva regularização ser, em princípio, compensada em tarifas futuras.



Sublinhe-se ainda que os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e estrutura patrimonial verificam uma melhoria face ao período homólogo.

3.3.7. Transportes

O sector dos Transportes é constituído por sete empresas (Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; CP – Comboios de Portugal, EPE; Metropolitano de Lisboa, EPE; STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA; Transtejo - Transportes do Tejo, SA; MM - Metro do Mondego, SA; e MP - Metro do Porto, SA). O Estado detém a totalidade do capital de 5 das empresas e participações maioritárias na MM¹³ e na MP¹⁴.

No que respeita aos resultados operacionais antes de subsídios, o sector apresentou uma evolução positiva, ao crescer 100,1 M€ em 2012, ainda que mantendo um valor negativo de 502,4 M€. Quando comparado com o ano de 2011 o crescimento do resultado, após subsídios, é menor devido à redução dos subsídios atribuídos face ao exercício anterior.

Esta evolução positiva resulta essencialmente do crescimento do EBITDA no ML, em 64,8 M€, e na CP, em 63,0 M€, contrapondo o agravamento verificado no MP, de 67,8 M€, e na Carris, de 18,0 M€, sendo de salientar que esta última sofreu uma redução de 63,2% nos subsídios atribuídos pelo Estado.

Os resultados financeiros do sector dos Transportes totalizaram -585,6 M€ em 2012, correspondendo a um agravamento de 70 M€ face ao período homólogo. O agravamento do resultado financeiro do sector encontra-se, maioritariamente, concentrado no MP, Carris e STCP.

Quadro 3.3.6.1 Transportes Evolução dos Resultados

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(502.385)	(602.455)	100.070	16,61%
Resultado operacional após subsídios	(367.494)	(420.110)	52.616	12,52%
Resultado financeiro	(585.626)	(515.430)	(70.196)	-13,62%
Resultado líquido	(953.240)	(935.835)	(17.406)	-1,9%
EBITDA	(178.601)	(215.922)	37.321	17,28%
Margem EBITDA	-31,4%	-39,6%	8,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹³ Conjuntamente com a REFER e a CP, o Estado detém 58% do respetivo capital.

¹⁴ O Estado é detentor de 60%, considerando 40% diretos e 20% pelas participações detidas pela CP e STCP.



Não obstante a evolução positiva dos resultados operacionais, o agravamento dos resultados financeiros leva a um agravamento do resultado líquido do sector. Salienta-se que o resultado líquido obtido pelo sector encontra-se maioritariamente concentrado em duas empresas: o MP, com 51,5% do prejuízo registado pelo sector em 2012, e a CP com 23,5%, como consequência dos elevados encargos financeiros registados nestas duas empresas.

Quadro 3.3.6.2
Transportes
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	568.558	545.654	22.904	4,2%
Gastos com Pessoal	261.810	309.292	(47.482)	-15,4%
VAB_{cf}	295.601	314.410	(18.810)	-6,0%
N.º médio de trabalhadores	8.848	9.431	-583	-6,2%
VAB _{cf} per capita	33,4	33,3	0,1	0,2%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em termos operacionais a evolução verificada resulta principalmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Aumento do volume de negócios na ML, 14,1 M€, e no MP, 7,9 M€, decorrente do ajustamento tarifário promovido em fevereiro de 2012;
- Diminuição dos gastos com o pessoal na CP, 24,5 M€, na Carris, 12,0 M€, e na STCP, 6,4 M€;
- Diminuição das perdas por imparidade essencialmente pelo pagamento da dívida do Ministério da Defesa à CP, de cerca de 30,0 M€.

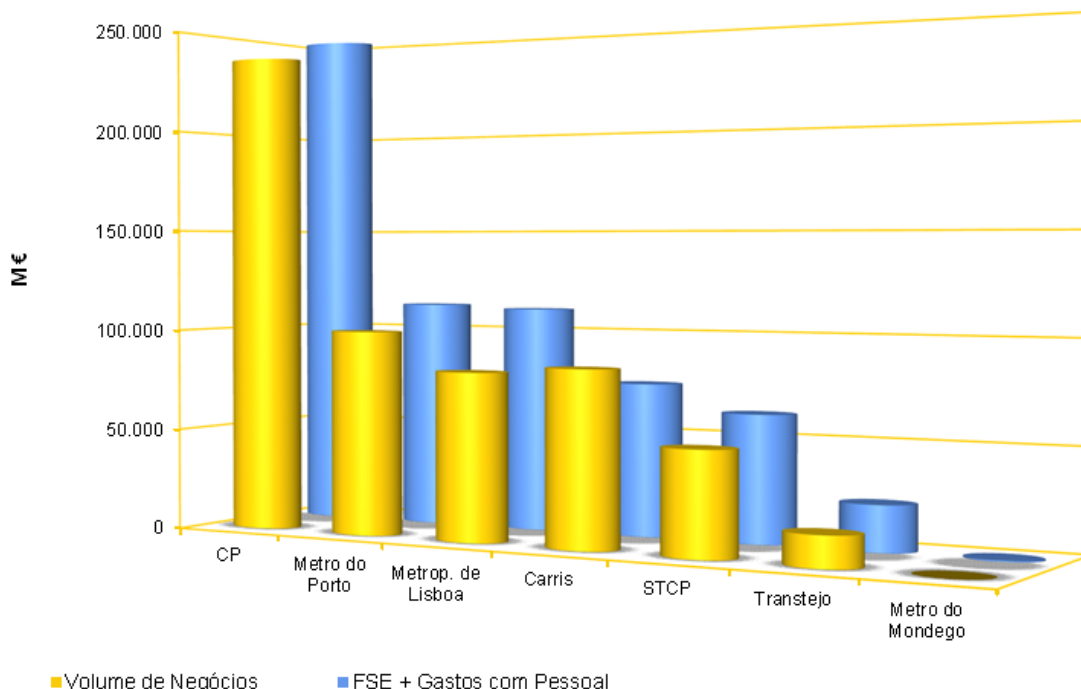
Apesar do aumento do volume de negócios, associado à diminuição dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, o VAB_{cf} do sector verificou uma queda de 6,0% (18,8 M€), decorrente da redução do montante de subsídios à exploração. Por sua vez, a redução de 6,2% no número médio de efetivos fez com que o VAB_{cf} *per capita* se mantivesse praticamente inalterado, crescendo apenas 0,2%.



Gráfico 3.3.6.1

Transportes

Os FSE e Gastos com Pessoal nas várias empresas face ao respectivo Volume de Negócios em 2012



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Pelo gráfico anterior, verifica-se que, excluindo a Carris, este sector não apresenta ganhos de exploração suficientes para cobrir os gastos operacionais relacionados com fornecimentos e serviços externos e com pessoal.

Quadro 3.3.6.3

Transportes

Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	8.655.234	8.354.073	301.160	3,6%
Capital próprio	(7.052.253)	(6.110.339)	(941.914)	-15,4%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	15.707.487	14.464.412	1.243.075	8,6%
Autonomia financeira (%)	-81,5%	-73,1%	-8,3 p.p.	
Solvabilidade (%)	-44,9%	-42,2%	-2,7 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	66,6%	70,5%	-4,0 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que concerne à estrutura patrimonial, o sector dos Transportes apresenta um aumento do ativo de 3,6% face ao ano anterior, ascendendo a 8.655,2 M€ no final de 2012.

Por sua vez, o passivo revela um crescimento superior ao do ativo, ao aumentar 8,6% no ano, alcançando um total de 15.707,5 M€. Salienta-se ainda o peso do ML e do MP, por serem



responsáveis por 79,0% desta evolução, através do aumento da rubrica de financiamento e de instrumentos de gestão de risco financeiro.

Os capitais próprios apresentaram uma variação negativa generalizada em todas as empresas do sector, decrescendo 15,4% (941,9 M€) face ao ano de 2011, com a exceção do MM.

A deterioração dos capitais próprios explica a diminuição do rácio da estrutura patrimonial do sector e determina a degradação patente nos rácios de autonomia financeira e solvabilidade do sector.

3.3.8. Parpública

A atividade da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. (Parpública) tem sido focada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização, no quadro da Lei Quadro das Privatizações¹⁵, bem como na gestão de ativos imobiliários do Estado.

Sendo uma sociedade gestora de participações sociais com uma significativa carteira de ativos financeiros cotados em mercado regulamentado, as suas demonstrações financeiras refletem essencialmente os efeitos das variações do valor de mercado desses mesmos ativos, muitas vezes com oscilações materialmente relevantes. A singularidade desta situação aconselha o destaque da empresa do universo das EPNF e a análise separada da sua evolução económica e financeira.

Na sequência do Despacho n.º 2468/12-SET, de 28 de dezembro, foi atribuída à Parpública uma compensação pela entrega ao Estado da receita proveniente da 7.ª fase de reprivatização da EDP, S.A., de acertos da 1.ª fase de reprivatização da REN, S.A., da última fase de reprivatização da SN – Empresa de Produtos Longos, S.A., e da 5.ª fase de reprivatização da GALP, S.A.. Assim, foi autorizada a transferência das seguintes empresas para a carteira da Parpública:

- ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. (31,44%);
- CTT – Correios de Portugal, S.A. (100%);
- Propnery – Propriedades e Equipamentos, S.A. (41,82%);
- Efacec International Financing, S.A. (5%);
- Lisnave – Estaleiros Navais, S.A. (2,97%);
- SIMAB – Soc. Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (100%);
- AdP – Águas de Portugal, S.A. (8,82%); e
- SPE – Soc. Portuguesa Empreendimentos.

¹⁵ Lei n.º 11/90, de 5 de Abril.



Para efeitos do presente relatório, a análise efetuada não inclui a transferência destas empresas, sendo que a sua análise foi feita nos respetivos sectores.

A evolução dos resultados do grupo Parpública, constante do quadro seguinte, decorre por um lado, da gestão de participações financeiras e, por outro, da gestão de património imobiliário.

Quadro 3.3.7.1 Parpública Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	999.708	659.723	339.985	51,5%
Resultado operacional após subsídios	1.008.503	670.294	338.209	50,5%
Resultado financeiro	(450.779)	(414.418)	(36.361)	-8,8%
Resultado líquido	425.018	60.661	364.357	600,6%
EBITDA	1.460.585	1.053.673	406.912	38,6%
Margem EBITDA	36,6%	27,0%	9,7 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

No exercício económico de 2012, o Grupo Parpública gerou um resultado líquido¹⁶ de 425,0 M€, superior aos 60,7 M€ alcançados em 2011, tendo sido conseguido através dos resultados obtidos pela Parpública e pelo segmento das “Águas e Resíduos” (Grupo AdP).

Em 2012, a atividade da Parpública foi determinante para a formação do resultado consolidado, essencialmente suportado pela mais-valia obtida nos processos de reprivatização referentes à EDP e à REN, que geraram cerca de 663,0 M€.

O segmento de “Águas e Resíduos” o mais representativo em valor de ativos (38,2%), detém um passivo significativo (39,9% do total do Grupo Parpública). Assim, também parte significativa do EBITDA consolidado da Parpública advém do Grupo AdP, cujos resultados incorporam uma componente positiva de défices tarifários por realizar.

Tanto o EBITDA como os resultados operacionais do Grupo Parpública registaram comportamentos favoráveis, com crescimentos de 38,6% e 50,5%, respetivamente.

As atividades aeronáuticas (TAP e ANA) representam 20,6% dos ativos do grupo, mas a respetiva contribuição para o capital próprio situa-se em apenas 0,3%, pelo facto do Grupo TAP apresentar capitais próprios negativos. Este segmento compreende empresas incluídas no programa de privatizações definido pelo Governo, pelo que os respetivos ativos estão

¹⁶ Dos detentores do capital da empresa mãe.



classificados como “*detidos para venda*” e os resultados obtidos são considerados em “*unidades operacionais descontinuadas*”, sendo de realçar que o Grupo TAP, que se encontrava neste conjunto, já não satisfaz as condições para a manutenção da classificação de “*ativos não correntes detidos para venda*”, mantendo-se no entanto no plano de privatizações.

Relativamente ao segmento de gestão e promoção imobiliária, há a referir uma elevada contração do mercado. A contenção dos níveis de investimento efetuado, associada à desvalorização de alguns imóveis, traduz-se num decréscimo de 4,9% do valor do património imobiliário, ascendendo este a 1.546,5 M€. Refira-se que cerca de 43,1% deste património destina-se à reconversão urbanística, 41,3% encontra-se arrendado ou para arrendamento, e 14,8% está disponível para venda. Este segmento representa 9,8% dos ativos do grupo.

Os indicadores de gestão operacional demonstram um aumento no volume de negócios do Grupo Parpública (+2,2%). Os respetivos gastos com o pessoal mantiveram-se em níveis de 2011, apesar do acréscimo do número de trabalhadores (+109 trabalhadores), enquanto os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 9,5%, na sua maioria, decorrente do aumento da atividade do Grupo TAP, acompanhada pelo preço médio do jet fuel associado à valorização do USD face ao Euro.

O aumento dos gastos operacionais do Grupo Parpública, conjugado com o acréscimo de trabalhadores, traduz-se numa redução do VABcf per capita de 5,8%.

Quadro 3.3.7.2 **Parpública** **Indicadores de Gestão Operacional**

	2012	2011	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	3.985.443	3.899.491	85.952	2,2%
Gastos com Pessoal	810.803	810.420	383	0,0%
VABcf	1.586.048	1.675.173	(89.125)	-5,3%
N.º médio de trabalhadores	20.218	20.109	109	0,5%
VABcf per capita	78,4	83,3	(4,9)	-5,8%

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Os indicadores económico-financeiros evidenciados no quadro seguinte refletem a estabilidade da solvabilidade e da autonomia financeira.



Realça-se o crescimento do ativo consolidado, em cerca de 2,1%, atingindo no final de 2012 um total de 19.899,4 M€, para cujo montante concorreram essencialmente a Parública e os segmentos operativos das “Atividades Aeronáuticas” e das “Águas e Resíduos”.

De notar que, tendo em conta as características dos contratos de concessão do grupo AdP, estão reconhecidos no ativo líquido do Grupo Parública ativos intangíveis relativos a direitos de utilização de infraestruturas, no montante de 4.700 M€

No que se refere ao passivo, este ascendeu a 16.191,8 M€ no final de 2012, correspondendo a uma diminuição de cerca de 0,3%.

Quadro 3.3.7.3 Parública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	19.899.354	19.484.715	414.639	2,1%
Capital próprio	3.707.511	3.252.145	455.366	14,0%
Interesses minoritários	682.783	625.460	57.323	9,2%
Passivo	16.191.843	16.232.571	(40.728)	-0,3%
Autonomia financeira (%)	18,6%	16,7%	1,9 p.p.	
Solvabilidade (%)	22,9%	20,0%	2,8 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	75,8%	76,5%	-0,7 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedade financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, S.A, cuja atividade visa garantir apoio financeiro às empresas que atuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direcionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos, e a PME – Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA cuja missão é promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a PME, designadamente através da gestão de instrumentos de refinanciamento e de partilha de risco. Contudo, a exiguidade, em termos comparativos, dos volumes de atividade e dos patrimónios de ambas, não aconselha o tratamento integrado destas entidades com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, razão pela qual a análise das empresas públicas financeiras se limitará ao Grupo Caixa Geral de Depósitos.

4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

Em 2012, o Grupo CGD conservou as posições de liderança nas principais áreas de atuação no mercado nacional, designadamente, no crédito concedido e nos depósitos de clientes, mas



também na atividade seguradora e na gestão de ativos. Em 31 de dezembro de 2012, este grupo, liderado pela CGD, SA, sociedade inteiramente detida pelo Estado, por via direta, tinha um capital social de 5.900,0 M€ e um ativo líquido consolidado de 116.856,5 M€.

Quadro 4.1.1
Grupo CGD
Ativo Líquido Consolidado

Empresas do Grupo	2012	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	85.152	72,9%
Caixa - Seguros e Saúde	10.772	9,2%
Banco Caixa Geral (Espanha)	5.503	4,7%
BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	3.029	2,6%
Caixa - Banco de Investimento	2.093	1,8%
Caixa Leasing e Factoring	2.618	2,2%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1.654	1,4%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	616	0,5%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	644	0,6%
BCG Totta Angola	1.160	1,0%
Outras empresas do Grupo	3.615	3,1%
Ativo Líquido Consolidado	116.857	100,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2012

Em 2012, a quota de mercado do Grupo CGD no mercado nacional na concessão de crédito a clientes foi de 21,3% e na captação de depósitos de 28,1%, ocupando, em ambos os casos, o 1.º lugar. Nos seguros, a quota de mercado do ano de 2012 atingiu 31,0% no ramo Vida e 26,4% no ramo Não-Vida, sendo igualmente a companhia líder do mercado português.

No exercício de 2012 o Grupo CGD continuou a privilegiar o enfoque na atividade bancária, nomeadamente no espaço europeu, e a redução da sua exposição a outras atividade/sectores, em cumprimento do previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira.

O número de agências bancárias do grupo passou de 1.351 em 2011 para 1.311 em 2012. O número total de empregados em 2012 ascendeu a 23.125, registando um decréscimo de 0,3% relativamente ao ano anterior.

Os resultados divulgados por segmentos de negócio (**Quadro 4.1.2**), revelam que os resultados da atividade da banca comercial e seguradora registaram uma evolução positiva.



Quadro 4.1.2
Grupo CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros

Segmentos de negócio	2012		2011		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Absoluta	%
Banca comercial nacional	(354)	89,8%	(546)	111,7%	191	35,1%
Banca de investimento	(3)	0,7%	(0)	0,0%	(3)	-12300,0%
Actividade internacional	(41)	10,5%	10	-2,0%	(51)	-512,7%
Seguros e saúde	89	-22,5%	5	-1,0%	84	1694,8%
Outros	(85)	21,6%	42	-8,7%	(128)	-301,5%
Resultado Líquido Consolidado atribuível ao accionista da CGD	(395)	100,0%	(488)	100,0%	94	19,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2012

a) Atividade Bancária

O desempenho da atividade bancária do Grupo CGD estendeu-se por 4 áreas de atuação: a banca comercial (inclui a banca de retalho em Portugal e a atividade internacional), a banca de investimento, a gestão de ativos e o crédito especializado (*leasing* e *factoring*).

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou 67.441 M€ (-3,0% do que no exercício anterior). O segmento de crédito a particulares decresceu 4,0% e o crédito às empresas teve uma redução percentual de 3,2%. Ainda não se assistiu, em 2012, à estabilização da qualidade de crédito, fixando-se o Rácio de Crédito Vencido Total em 5,7% no final do ano (3,9% em dezembro de 2011).

O crédito concedido ao sector público administrativo representava 6,2% do total de crédito concedido em 2012.

No que respeita à captação de depósitos de clientes, salienta-se um acréscimo de 2,0% relativamente ao ano anterior.

Quadro 4.1.3
Grupo CGD
Saldo de Crédito a Clientes

Milhões de euros

Segmentos	2012		Variação 12/11 (%)
	Valor	Estrutura	
Particulares	34.070	50,5%	-4,0%
Empresas	29.187	43,3%	-3,2%
Sector Público Administrativo	4.184	6,2%	7,1%
Total	67.441	100,0%	-3,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2012



b) Atividade seguradora e de saúde

A atividade seguradora do Grupo CGD é exercida pela *holding* do grupo para o sector (Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA). O Grupo desenvolvia em 2012 ainda um conjunto de atividades complementares aos seguros, designadamente na área da saúde.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA evidencia em 2012 uma situação líquida de 1.488,5 M€ (744,1 M€ no ano anterior) e um ativo de 13.544,8 M€ (13.457,6 M€ no ano anterior).

O resultado líquido consolidado da *holding* foi de 90,9 M€ (2,9 M€ em 2011) dos quais 96,6 M€ do sector segurador e -5,7 M€ do sector da saúde. Este sector reduziu o seu resultado negativo que em 2011 fora de -29,9 M€.

A linha de negócio hospitalar foi objeto de um processo de alienação, negociado ao longo do ano de 2012, tendo o respetivo acordo de venda sido concluído ainda em 2012 vindo a transação a concretizar-se já no decurso de 2013.

c) Situação económica e financeira

O resultado líquido consolidado do exercício (-346,0 M€, dos quais -394,7 M€ atribuíveis ao Estado, acionista único da CGD) (**Quadro 4.1.4**) registou uma melhoria de 83,2 M€, ou seja 19,4% face ao verificado em 2011

Quadro 4.1.4 Grupo CGD CGD, S.A. - Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Margem financeira alargada	1.463	1.832	(369)	-20,1%
Margem complementar	963	611	352	57,6%
Margem técnica - actividade seguradora	513	470	43	9,1%
Produto da actividade	2.939	2.913	26	0,9%
Custos operativos	1.718	1.773	(55)	-3,1%
Provisões e imparidades	1.570	1.653	(83)	-5,0%
Resultados em empresas associadas	4	9	(4)	-51,0%
Impostos correntes e diferidos	(22)	(116)	94	81,4%
Resultado Líquido Consolidado	(346)	(429)	83	19,4%
Atribuível a interesses minoritários	49	59	(10)	-17,7%
Atribuível ao accionista da CGD	(395)	(488)	94	19,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2012



Sublinhe-se a redução dos gastos globais com o pessoal (-3,2%) e *per capita* (-2,9%) (**Quadro 4.1.5**) que acompanhou a redução de 3% verificada no número de agências

Quadro 4.1.5
Grupo CGD
Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Gastos com Pessoal	909	939	(30)	-3,2%
N.º de Agências	1.311	1.351	(40)	-3,0%
Portugal	848	860	(12)	-1,4%
Estrangeiro	463	491	(28)	-5,7%
Produto da actividade	2.939	2.913	26	0,9%
N.º de Trabalhadores	23.125	23.205	(80)	-0,3%
Instituições bancárias	15.328	15.408	(80)	-0,5%
Seguradoras	3.463	3.463	0	0,0%
Outras actividades	4.334	4.334	0	0,0%
Gastos com pessoal <i>per capita</i>	0,0393	0,0405	(0,001)	-2,9%
Produto da actividade <i>per capita</i>	0,1271	0,1255	0,002	1,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2012

Conforme se observa no **Quadro 4.1.6**, o ativo líquido consolidado do Grupo ascendeu a 116.857,0 M€, representando um decréscimo de -3,1% relativamente ao período anterior.

O Balanço consolidado apresenta um acréscimo de 36,4% nos capitais próprios, que atingiram em 31 de dezembro de 2012 o montante de 7.280,0 M€. Este reforço dos capitais próprios face a dezembro de 2011 derivou do aumento do capital social da CGD em 750,0 M€, na sequência da concretização, em junho de 2012, do Plano de Recapitalização da CGD¹⁷, bem como de uma melhoria significativa das reservas de justo valor, em 1.895,7 M€.

O Rácio Core Tier foi reforçado de 9,5% em dezembro de 2011 para 11,6% em dezembro de 2012, valor acima do nível exigido pelo Banco de Portugal para 31 de dezembro de 2012 (10,0%). Por seu turno, o Rácio Tier 1 subiu de 9,0% em dezembro de 2011 para 11,2% em dezembro de 2012.

¹⁷ Tendo em vista o cumprimento das metas definidas no Programa de Assistência Financeira e das exigências da European Banking Authority para o rácio de capital (Core Tier 1), o Estado Português, acionista único da CGD, aprovou em 27 de junho de 2012, o Plano de Recapitalização do Banco no montante de 1.650 M€.



Quadro 4.1.6
Grupo CGD
Estrutura Patrimonial

Milhões de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	116.857	120.642	(3.785)	-3,1%
Capitais próprios	7.280	5.324	1.956	36,7%
Recursos alheios	81.995	85.510	(3.515)	-4,1%
Exigibilidades diversas	25.929	28.870	(2.941)	-10,2%
TIER 1 (Banco de Portugal)	11,2%	9,0%	-	-
Solvabilidade (Banco de Portugal)	13,6%	11,6%	-	-
Rácio do crédito com incumprimento	6,4%	4,3%	-	-

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2012



5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos mencionados noutros pontos do relatório, que refletem uma ótica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento referem-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

5.1. Investimento direto e financiamento global das EPNF

Em 2012, o valor global do investimento realizado pelas EPNF ascendeu a 2.041,0 M€ (**Quadro 5.1.1**), correspondendo a uma redução de 1.818,8 M€ (47,0%) face ao verificado no ano anterior.

Quadro 5.1.1 Investimento das EPNF

	2012	2011	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Investimento total	2.040.970	3.849.721	-1.808.751	-47,0%
Ativos fixos tangíveis	509.629	819.938	-310.309	-37,8%
Ativos fixos intangíveis	1.042.586	1.358.651	-316.065	-23,3%
Propriedades de investimento	406.373	571.732	-165.359	-28,9%
Investimentos Financeiros	41.117	698.624	-657.507	-94,1%
Outros ativos	41.265	400.776	-359.510	-89,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

As necessidades de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a 7.899,4 M€ (**Quadro 5.1.2**), montante que representa um acréscimo de 956,9 M€ (+13,8%) em relação às necessidades de 2011.

Daquele valor, 2.247,5 M€ correspondem a uma transferência da Parpública para o Estado, decorrente do processo de reprivatização da EDP e REN, refletido igualmente na rubrica correspondente ao desinvestimento, sendo este o acontecimento com maior impacto nas fontes e necessidades de financiamento.



O acréscimo de endividamento global do SEE traduz-se num aumento de juros e outros encargos da dívida que impendem sobre as empresas, o que contribui para a gradual degradação dos resultados financeiros atingidos.

O quadro seguinte demonstra que apesar da redução verificada nos níveis de investimento e da melhoria dos défices operacionais, a transferência para o Estado de 2.247,5 M€ provenientes das operações de reprivatização da Parública provocou um aumento das necessidades de financiamento do SEE face ao ano anterior.

Quadro 5.1.2

Financiamento Global das EPNF

Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros

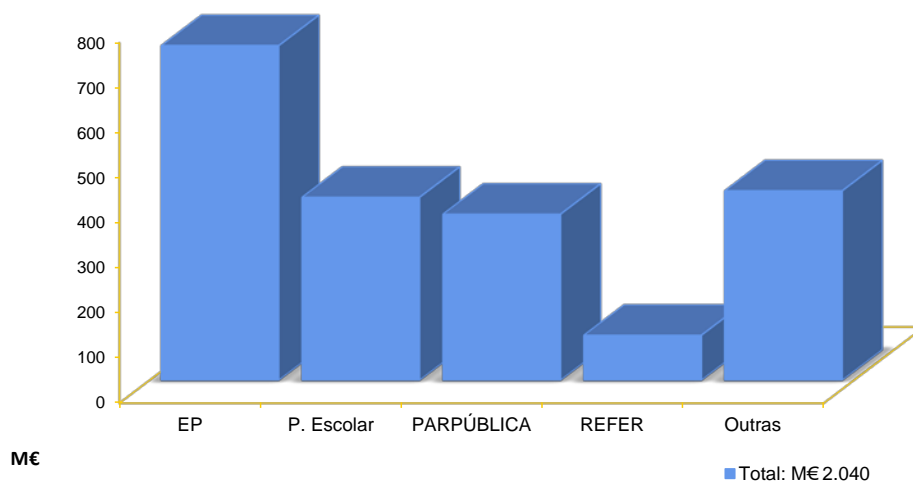
	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Necessidades de financiamento	7.899.425	6.942.498	956.928	13,8%
Défices operacionais antes de subsídios	434.695	903.389	-468.694	-51,9%
Investimento	2.040.970	3.849.721	-1.808.751	-47,0%
Juros e outros encargos da dívida	1.551.423	1.458.552	92.870	6,4%
Redução de endividamento	706.905	267.531	439.374	164,2%
Acréscimo das disponibilidades	674.206	212.466	461.740	217,3%
Outras necessidades de financiamento	243.722	250.838	-7.116	-2,8%
Transferências para o Estado	2.247.505	-	2.249.605	-
Fontes de Financiamento	7.899.425	6.942.498	956.928	13,8%
Recursos próprios	4.924.229	3.381.764	1.542.465	45,6%
Excedentes operacionais antes de subsídios	1.389.285	777.452	611.832	78,7%
Desinvestimento	2.668.348	775.740	1.892.608	244,0%
Outras fontes	440.483	431.001	9.481	2,2%
Utilização de disponibilidades	426.113	1.397.570	-971.456	-69,5%
Subsídios	1.331.452	914.946	416.506	45,5%
À exploração	278.146	344.731	-66.585	-19,3%
Ao investimento	1.053.306	570.215	483.091	84,7%
Dotações de capital	487.055	132.543	354.511	267,5%
Acréscimo do endividamento (empréstimos)	1.156.690	2.513.245	-1.356.555	-54,0%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Não sendo o universo das EPNF um conjunto homogéneo, é importante evidenciar as diferenças existentes entre sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem no comportamento do agregado. Assim, em 2012, o conjunto formado por 4 empresas, constantes do [Gráfico 5.1.1.](#), representava 79,4% das necessidades de financiamento globais das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos.



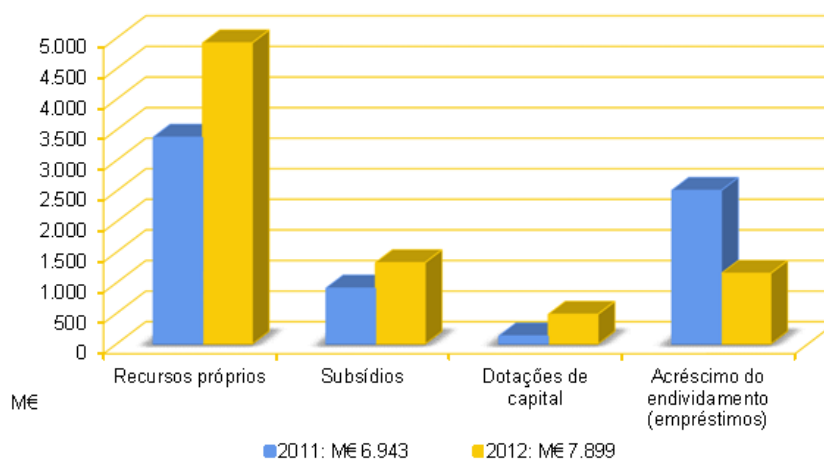
Gráfico 5.1.1.
Financiamento Global das EPNF / Necessidades de Financiamento por Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Durante o ano de 2012, as EPNF recorreram a diversas formas de financiamento sendo de assinalar o aumento verificado na utilização de subsídios e nas dotações de capital, permitindo que algumas empresas reduzissem o financiamento bancário, como foi o caso da RTP.

Gráfico 5.1.2.
Financiamento Global das EPNF / Fontes de Financiamento
(sem renovação de empréstimos)

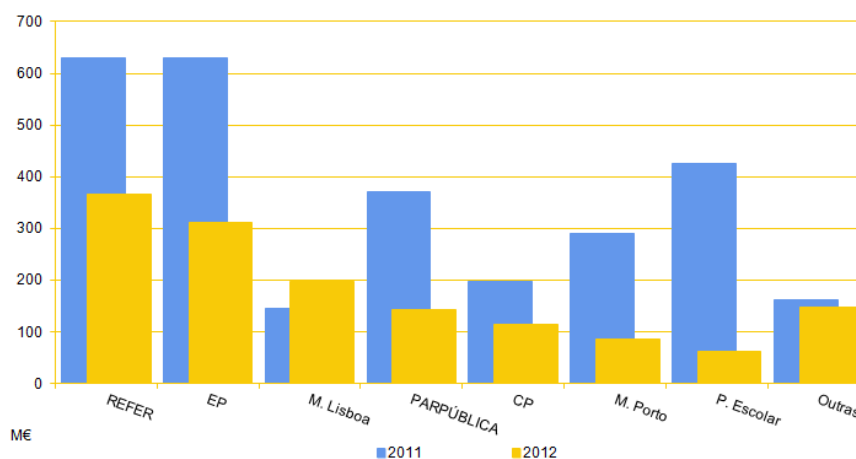


Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2012, 86,4% do acréscimo líquido total do endividamento teve origem em 7 empresas (**Gráfico 5.1.3**), sendo de sublinhar que, deste valor, 45,6% é atribuível às empresas REFER e EP.



Gráfico 5.1.3
Acréscimo Líquido do Endividamento das Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No gráfico acima é notório que, na generalidade das empresas, o aumento do endividamento fez-se a um ritmo inferior ao do ano anterior, exceção para o ML.

A renovação de empréstimos (**Quadro 5.1.3**) é uma componente importante das necessidades globais de financiamento das EPNF. Em resultado da diminuição das operações de consolidação de passivos e, à semelhança do ocorrido em 2011, assistiu-se em 2012 ao aumento do endividamento financeiro de curto prazo e ao conseqüente incremento do montante de empréstimos renovados, que ascendeu a 7.668,9 M€ em 2012, face aos 5.501,6 M€ de 2011.

As necessidades de financiamento das EPNF, incluindo a renovação de empréstimos, atingiram em 2012 o total de 15.568,3 M€, valor que corresponde a um aumento de cerca de 3.124,2 M€, face a 2011.

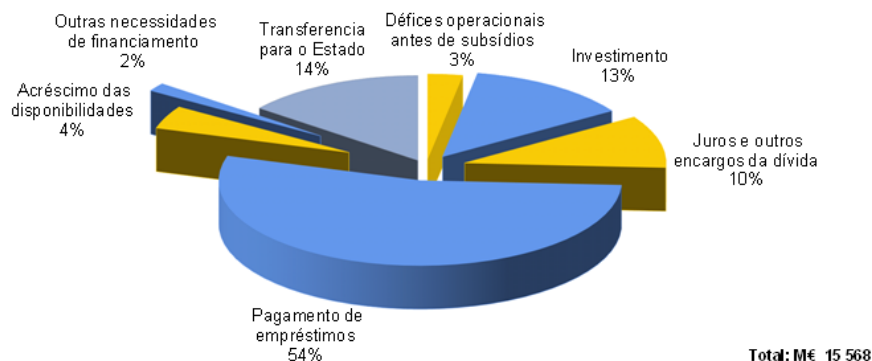
Quadro 5.1.3.
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Sem Renovação de empréstimos	7.899.425	6.942.498	956.928	13,8%
Renovação de empréstimos	7.668.899	5.501.580	2.167.319	39,4%
Com Renovação de empréstimos	15.568.324	12.444.078	3.124.247	25,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em resultado, o pagamento de empréstimos (**Gráfico 5.1.4**) representou 53,8% das necessidades totais de financiamento, continuando a evidenciar a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre as atividades das EPNF.

Gráfico 5.1.4
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

5.2. Limite ao endividamento das EPNF

No âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010/2013 (PEC) foi definido um conjunto extraordinário de medidas para o SEE, com vista ao aumento da eficiência e da transparência e à geração de menores encargos futuros para o Estado.

No sentido de promover uma redução do crescimento do nível de endividamento, foram fixados limites máximos para a variação do endividamento das EPNF: 7% em 2010, 6% em 2011, 5% em 2012 e 4% 2013. Os limites impostos resultam num crescimento médio anual de cerca de 5,5%, durante o período em que vigora o PEC.

O universo das EPNF registou, em 2012 em termos globais, um acréscimo do endividamento de 2.008,5 M€, a que corresponde uma variação percentual de 6,2%.

De referir que este acréscimo global resulta, em grande parte, dos financiamentos decorrentes de sociedades gestoras de participações sociais e não diretamente pelas sociedades operacionais que as integram. Destaca-se, neste âmbito, a Parpública, sem a qual o endividamento teria, em termos globais, aumentado 4,5%.



Quadro 5.3.1 Endividamento da EPNF

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Parpública	9.140.650	8.166.274	974.376	11,9%
AdP	3.096.041	2.977.901	118.140	4,0%
ANA	497.380	516.929	-19.549	-3,8%
REFER ⁽¹⁾	6.962.328	6.540.080	422.247	6,5%
EP ⁽¹⁾	2.963.705	2.635.790	327.915	12,4%
Metropolitano de Lisboa ⁽¹⁾	4.181.108	3.969.279	211.829	5,3%
CP	3.637.063	3.522.394	114.669	3,3%
STCP	459.937	347.572	112.365	32,3%
Metro do Porto ⁽¹⁾	2.723.497	2.632.531	90.966	3,5%
Parque Escolar ⁽¹⁾	1.140.000	1.077.000	63.000	5,8%
Carris	734.585	692.463	42.121	6,1%
EDIA	691.637	658.587	33.050	5,0%
Empordef	183.039	153.405	29.634	19,3%
Transtejo ⁽¹⁾	163.200	149.454	13.746	9,2%
EGREP	366.567	362.945	3.622	1,0%
Docapesca	853	2.252	-1.399	-62,1%
APA	21.541	22.995	-1.454	-6,3%
NAV	12.316	14.813	-2.497	-16,9%
ANAM	199.387	202.989	-3.601	-1,8%
Saúde	472.245	478.985	-6.740	-1,4%
APL	124.793	133.019	-8.226	-6,2%
Viana Polis ⁽¹⁾	211	19.139	-18.928	-98,9%
Parque Expo	218.571	250.317	-31.746	-12,7%
RTP ⁽¹⁾	64.930	421.272	-356.341	-84,6%
Outros	33.403	33.548	-145	-0,4%
TOTAL⁽²⁾	34.495.567	32.487.102	2.008.465	6,2%
Total das empresas que consolidam ⁽¹⁾	18.198.980	17.444.545	754.435	4,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas.

⁽¹⁾ - Entidades classificadas pela autoridade estatística nacional como integrantes das Administrações Públicas, em contas nacionais, de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais - SEC 95.

⁽²⁾ Total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parpública.

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

A abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado centra-se, essencialmente, na execução do Capítulo 60.^o do Orçamento de Estado de 2012 excluindo designadamente:

- As dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de cofinanciamento em projetos de investimento visando a construção/beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público;
- Os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa, em contrapartida da prestação de serviços, através dos ministérios que tutelam os respetivos sectores de atividade.



No âmbito deste capítulo, apresenta-se a informação referente ao esforço financeiro do Estado relativo às empresas do SEE sendo, também, referenciadas as indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

O montante de apoios financeiros prestados pelo Estado às EPNF, em 2012, através de indemnizações compensatórias, dotações de capital e empréstimos, e pela assunção de passivos, excluindo a execução de garantias, ascendeu a 4.540,1 M€, o que corresponde a um decréscimo (-28,0%) relativamente ao ano transato.

Àquele valor acresce o aumento de capital da CGD (EPF), no montante de 750,0 M€, e a subscrição pelo Estado de instrumentos de capital elegível, no montante de 4.500 M€, no âmbito do programa de recapitalização da banca, e a comparticipação portuguesa no mecanismo europeu de estabilidade, de 802,9 M€, o que se traduz num acréscimo de 65,7% face a 2011.

Quadro 6.1
Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)

Sector	2012	2011	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	4.540.115	6.305.449	-1.765.334	-28,0%
Comunicação Social	455.024	344.311	110.713	32,2%
Cultura	22.189	56.185	(33.996)	-60,5%
Gestão de Infraestruturas	1.750.885	3.934.552	(2.183.667)	-55,5%
Aéreas	10.251	0	10.251	-
Ferroviários	849.034	2.143.052	(1.294.018)	-60,4%
Rodoviárias	880.600	1.705.000	(824.400)	-48,4%
Outras Infraestruturas	11.000	86.500	(75.500)	-87,3%
Requalificação Urbana e Ambiental	20.843	38.198	(17.355)	-45,4%
Saúde	500	0	500	-
Transportes	1.122.874	1.794.858	(671.984)	-37,4%
Outros sectores	1.167.800	137.345	1.030.455	750,3%
Empresas Públicas Financeiras	1.650.000	600.000	1.050.000	175,0%
Instituições de Crédito Privadas	4.500.000	0	4.500.000	-
Organismos Internacionais	802.944	0	802.944	-
Empresas Privadas	20.577	41.856	-21.279	-50,8%
Total	11.513.636	6.947.305	4.566.331	65,7%

Obs: Critério execução OE, incluindo as operações a concretizar no período complementar

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios

As EPNF registaram, em 2012, um decréscimo nos subsídios na ordem dos 19,0% (-81,8 M€) face ao ano anterior, com destaque para os sectores da Cultura e dos Transportes nos quais as indemnizações compensatórias atribuídas decresceram, respetivamente, 20,0% (-5,5 M€) e 27,1% (-61,7 M€).



Quanto às indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas, verificou-se uma redução de 50,8% (-21,3 M€), devido às alterações ocorridas na percentagem de comparticipação do Estado nos diversos títulos de transporte.

Quadro 6.1.1
Indemnizações Compensatórias/Subsídios

	2012	2011	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	348.278	430.067	-81.790	-19,0%
Comunicação Social	109.148	128.111	(18.963)	-14,8%
RTP	90.000	109.470	(19.470)	-17,8%
Lusa	19.148	18.641	507	2,7%
Cultura	22.189	27.736	(5.547)	-20,0%
Teatro Nacional D. Maria II	3.307	4.134	(827)	-20,0%
Teatro Nacional de S. João	3.824	4.780	(956)	-20,0%
OPART	15.057	18.822	(3.765)	-20,0%
Gestão de Infraestruturas	48.708	44.280	4.428	10,0%
Infraestruturas Ferroviárias	48.708	44.280	4.428	10,0%
REFER	48.708	44.280	4.428	10,0%
Transportes	165.583	227.290	(61.707)	-27,1%
Transportes Rodoviários	36.216	84.678	(48.462)	-57,2%
Carris	23.764	61.358	(37.594)	-61,3%
S.T.C.P.	12.207	22.456	(10.249)	-45,6%
Serviços Municipais - transportes	245	864	(619)	-71,6%
Transportes Ferroviários	101.473	106.115	(4.642)	-4,4%
C.P.	39.085	42.381	(3.296)	-7,8%
Metro de Lisboa	48.717	47.745	972	2,0%
Metro do Porto	13.670	15.988	(2.318)	-14,5%
Transportes Fluviais	8.161	11.852	(3.691)	-31,1%
Soflusa	1.720	4.911	(3.191)	-65,0%
Transtejo	6.441	6.941	(500)	-7,2%
Transportes Aéreos	19.733	24.646	(4.913)	-19,9%
SATA Internacional	11.504	16.054	(4.550)	-28,3%
SATA Air Açores	1.987	2.561	(574)	-22,4%
TAP	6.242	6.031	211	3,5%
Outros Sectores	2.650	2.650	0	0,0%
INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda	2.650	2.650	0	0,0%
Empresas Privadas	20.577	41.857	(21.279)	-50,8%
AEROVIP	1.889	2.477	(588)	-23,8%
Fertagus	756	2.228	(1.472)	-66,1%
Rodoviária Lisboa	0	2.069	(2.069)	-100,0%
Scotturb – Transportes Urbanos	0	29	(29)	-100,0%
TST - Transportes Sul do Tejo	0	1.454	(1.454)	-100,0%
Vimeca	0	1.462	(1.462)	-100,0%
PT	2.390	0	2.390	-
MTS	6.090	12.504	-6.414	-51,3%
Rodoviários Privados	9.427	19.622	-10.195	-52,0%
Outros	26	12	14	115,4%
Total	368.855	471.924	(103.069)	-21,8%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



6.2. Dotações de Capital

Em 2012 verificou-se um acréscimo de 95,2% nas dotações de capital face ao exercício anterior, destacando-se o montante da contribuição da República Portuguesa para o mecanismo europeu de estabilidade, cujo valor de capital realizado em 2012 foi de 802,3 M€. Contudo, no universo apenas EPNF, verifica-se uma diminuição de 82,9%.

Quadro 6.2.1
Dotações de Capital / Prémios de Emissão

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	36.751	214.448	-177.697	-82,9%
Comunicação Social	0	66.200	(66.200)	-100,0%
RTP *		66.200	(66.200)	-100,0%
Gestão de Infraestruturas	11.000	4.000	7.000	175,0%
Outras Infraestruturas	11.000	4.000	7.000	175,0%
SIMAB	11.000	4.000	7.000	175,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	0	35.000	(35.000)	-100,0%
Parque Expo		35.000	(35.000)	-
Saúde	500	0	500	-
Centro Hospitalar de Lisboa Central	500	0	500	-
Outros Sectores	24.689	108.687	(87.747)	-80,7%
Fundo de Estabilização da Zona Euro		251	(251)	-
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural	4.000	0	4.000	-
Fundo Jessica	17.000	13.000	4.000	30,8%
Fundo Recuperação Empresas - FCR	3.689	13.080	(9.391)	-71,8%
IHRU		82.356	(82.356)	-
Empresas Sediadas no Estrangeiro	561	561	0	0,1%
Portugal Venture Capital Initiative	561	561	0	0,1%
Empresas Públicas Financeiras	750.000	600.000	150.000	25,0%
BPN ****		600.000	(600.000)	-
CGD	750.000	0	750.000	-
Organismos Internacionais	802.944	0	802.944	-
Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM)	802.944	0	802.944	-
Total	1.589.695	814.448	775.247	95,2%

Obs: Critério execução do OE, incluindo as operações concretizadas no período complementar de execução do OE.

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) Não inclui a realização de um aumento de capital em 2012 no montante de 344,5 Milhões de Euros resultante da conversão da assunção pelo Estado do empréstimo contraído pela RTP junto do DEPFA Bank, PLC

(**) Não inclui a realização em espécie de 125 Milhões de Euros resultante da conversão em capital do montante em dívida do empréstimo de curto prazo concedido pela DGTF em 2011

(***) Não inclui a realização de um aumento de capital em 2012 no montante de 134 Milhões de Euros por conversão de créditos detidos pelo Estado resultantes da concessão pela DGTF à Estradas de Portugal de dois empréstimos

(****) O montante relativo a 2011 corresponde a uma prestação acessória de capital, com carácter de prestação suplementar.

6.3. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias e são concedidos em condições financeiras que têm em conta o custo do endividamento do Estado.



Assim, em 2012, os empréstimos do Estado às empresas públicas não financeiras foram de 3.798,1 M€ (-32,9%), explicados fundamentalmente pela necessidade de assegurar o refinanciamento da dívida e o cumprimento de outros encargos assumidos, tendo sido atribuídos principalmente às empresas do sector dos Transportes (MP e ML) e das Infraestruturas (REFER e EP), que absorveram 69,5% do total, conforme **Quadro 6.3.1.**, abaixo.

Quadro 6.3.1
Empréstimos concedidos no ano pelo Estado

	2012	2011	Variação	
			Milhares de euros	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	3.798.116	5.660.556	-1.862.440	-32,9%
Comunicação Social				
RTP	0	150.000	-150.000	-100,0%
Cultura	0	28.449	-28.449	-100,0%
OPART ¹	0	18.374	-18.374	-100,0%
Teatro Nacional D.Maria II ¹	0	5.175	-5.175	-100,0%
Teatro Nacional S.João ¹	0	4.900	-4.900	-100,0%
Gestão Infraestruturas	1.680.926	3.886.272	-2.205.346	-56,7%
Infraestruturas Ferroviárias				
REFER ¹	800.326	2.098.772	-1.298.446	-61,9%
Infraestruturas Rodoviárias				
Estradas de Portugal	880.600	1.705.000	-824.400	-48,4%
Outras Infraestruturas				
EDIA ²	0	82.500	-82.500	-100,0%
Requalificação Urbana	20.000	6.403	13.597	212,4%
Frente Tejo ²	0	3.583	-3.583	-100,0%
Viana Polis ³	20.000	2.820	17.180	609,2%
Transportes	957.536	1.568.432	-610.896	-38,9%
Metro do Porto	308.954	593.000	-284.046	-47,9%
CP ²	0	250.000	-250.000	-100,0%
Metropolitano de Lisboa ¹	648.582	655.932	-7.350	-1,1%
Transtejo ²	0	16.500	-16.500	-100,0%
Carris ¹	0	53.000	-53.000	-100,0%
Outros Sectores	1.139.654	21.000	1.118.654	5326,9%
EMA ²	14.000	8.000	6.000	75,0%
ENVC ²	0	13.000	-13.000	-100,0%
Parque Escolar	90.000	0	90.000	-
PARUPS	286.057	0	286.057	-
PARVALOREM	746.847	0	746.847	-
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	2.750	0	2.750	-

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(1) - Totalidade ou parte do valor corresponde a empréstimo de curto prazo, por adiantamento de I.C.

(2) - Empréstimo de curto prazo - Sem adiantamento de I.C.

(3) - Inclui 2 empréstimos de curto prazo, no valor total de 843.113 euros, que foram reestruturados em mlp e o crédito concedido de mlp, de 19.156.887 euros.

Em 2012, e na sequência da reclassificação de algumas empresas do SEE que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em Contas Nacionais¹⁸ (as denominadas EPR), as mesmas passaram a financiar-se junto do Estado, através da DGTF.

6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades

No ano de 2012 destaca-se, entre os passivos assumidos pelo Estado, a dívida da RTP SA emergente de um financiamento concedido em 2003 pelo Depfa Bank.

¹⁸ De acordo com os critérios definidos pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95).



Quadro 6.4.1
Assunção de Passivos e de Outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	358.477	378	358.099	-
RTP, SA	345.877	0		-
EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA (em liquidação)	10.251	0	10.251	-
Polis Albufeira, SA (em liquidação)	0	378	-378	-

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

6.5. Garantias Concedidas

Em 2012 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de 255,9 M€, concentradas na área dos Serviços de Utilidade Pública (EGF, ADP, EPAL, etc.).

Quadro 6.5.1
Garantias Concedidas

Milhares de euros

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Empresas Públicas Não Financeiras	255.954	100,0%	905.278	13,9%
Gestão de Infraestruturas	0	0,0%	110.278	1,7%
Infraestruturas Portuárias	0	0,0%	70.000	1,1%
APDL	0	0,0%	70.000	1,1%
Outras Infraestruturas	0	0,0%	40.278	0,6%
MARL	0	0,0%	40.278	0,6%
Serviços de Utilidade Pública	255.954	100,0%	0	0,0%
ADP	19.386	7,6%	0	0,0%
EGF	139.324	54,4%	0	0,0%
EPAL	84.556	33,0%	0	0,0%
SIMDOURO	12.688	5,0%	0	0,0%
Transportes	0	0,0%	175.000	2,7%
MP	0	0,0%	100.000	1,5%
ML	0	0,0%	75.000	1,2%
Outros Sectores	0	0,0%	620.000	9,5%
Parpública	0	0,0%	620.000	9,5%
Empresas Públicas Financeiras	0	0,0%	5.600.000	86,1%
CGD	0	0,0%	4.600.000	70,7%
BPN	0	0,0%	1.000.000	15,4%
TOTAL	255.954	100,0%	6.505.278	100,0%

Nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, que estabeleceu a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do sistema financeiro, não foram concedidas garantias a empresas públicas financeiras em 2012.



Quadro 6.5.2
Total das Garantias Prestadas pelo Estado
(Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros

Beneficiária	Em 31-12-2012	Em 31-12-2011	Variação	
			Absoluta	%
1 - Empresas Públicas Não Financeiras	16.593.782	12.914.679	3.679.103	28,5%
Gestão de Infraestruturas	3.741.637	4.028.514	(286.877)	-7,1%
Infraestruturas Aéreas	149.738	153.479	(3.741)	-2,4%
ANAM	149.738	153.479	(3.741)	-2,4%
Infraestruturas Ferroviárias	2.761.525	3.034.007	(272.482)	-9,0%
GIL	49.647	59.752	(10.105)	-16,9%
REFER	2.711.878	2.974.255	(262.377)	-8,8%
Infraestruturas Portuárias	40.357	41.548	(1.191)	-2,9%
APA	20.357	21.548	(1.191)	-5,5%
APDL	20.000	20.000	0	-
Infraestruturas Rodoviárias	200.659	200.659	0	-
EP	200.659	200.659	0	-
Outras Infraestruturas	589.359	598.821	(9.462)	-1,6%
EDIA	551.859	558.543	(6.684)	-1,2%
MARL	37.500	40.278	(2.778)	-6,9%
Indústria	7.128	6.357	771	12,1%
SPE	7.128	6.357	771	12,1%
Requalificação Urbana e Ambiental	24.602	49.284	(24.682)	-50,1%
Parque Expo 98	24.602	49.284	(24.682)	-50,1%
Serviços de Utilidade Pública	1.612.505	1.219.000	393.505	32,3%
AdP	1.389.672	1.219.000	170.672	14,0%
EGF	126.861	0	126.861	-
EPAL	83.723	0	83.723	-
SIMDOURO	12.250	0	12.250	-
Transportes	5.437.693	6.001.308	(563.615)	-9,4%
CARRIS	385.400	429.800	(44.400)	-10,3%
CP	856.809	1.147.752	(290.943)	-25,3%
MP	1.002.386	1.137.167	(134.781)	-11,9%
ML	2.918.098	3.011.589	(93.491)	-3,1%
STCP	220.000	220.000	0	0,0%
TRANSTEJO	55.000	55.000	0	0,0%
Outros Sectores	5.770.216	1.610.216	4.160.000	258,4%
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	0,1%
Parque Escolar	1.050.000	1.000.000	50.000	5,0%
Parpública	620.000	610.000	10.000	1,6%
PARPARTICIPADAS	54.150	0	54.150	-
PARUPS	727.850	0	727.850	-
PARVALOREM	3.318.000	0	3.318.000	-
2 - Empresas Públicas Financeiras	4.600.000	9.100.000	(4.500.000)	-49,5%
BPN e Participadas (*)	0	4.500.000	(4.500.000)	-100,0%
CGD	4.600.000	4.600.000	0	0,0%
3 - Empresas Sediadas no Estrangeiro	0	823	(823)	-100,0%
HCB	0	823	(823)	-100,0%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) Em 2012, o Estado adquiriu ao BPN a totalidade do capital das suas participadas tendo este Banco, simultaneamente, amortizado 400 MEUR de dívida garantida pelo Estado.

As garantias às empresas públicas não financeiras visaram facilitar ou criar melhores condições para a obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento dos planos de investimento dessas empresas em infraestruturas.



No final de 2012, as responsabilidades efetivas do Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por EPNF atingia o montante de 16.593,8 M€. Para além das garantias financeiras atrás referidas, o Estado garante ainda o pagamento da justa indemnização em casos de expropriações, no quadro do Código das Expropriações, ficando com o direito de regresso sobre a entidade expropriante quando, em execução daquela garantia, satisfaça o pagamento da indemnização devida em sua substituição.

Neste âmbito, o Estado procedeu, no exercício de 2012, ao pagamento da quantia de cerca de 971,0 m€, relativamente a indemnizações devidas por empresas que integram o SEE, tal como consta no quadro abaixo.

Quadro 6.5.3
Execução de garantias prestadas no âmbito do Código das Expropriações

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	971	504	467	92,60%
Viseu Polis, SA	500	0	500	-
Gaia Polis, SA	8	0	8	-
Chaves Polis SA (em liquidação)	462	504	-42	-8,20%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas

No decurso de 2012 a DGTF assegurou o acompanhamento dos processos de liquidação de doze sociedades, das quais sete correspondiam a sociedades constituídas no quadro do Programa Polis, tendo-se procedido ao encerramento de quatro processos de liquidação, um dos quais respeitante a uma sociedade enquadrada no referido Programa.

Em sede de partilha do património residual das liquidações concluídas em 2012, foi afeta ao Estado a quantia de 6.484.507 euros, não tendo naquele âmbito sido transferidas responsabilidades.

A Polis Castelo Branco apresenta um saldo de liquidação de zero euros.

Quadro 6.6.1
Saldo de liquidação de sociedade extintas em 2012

Milhares de euros

Entidades	Arco Ribeirinho Sul, SA	Frente Tejo SA	NAER - Novo Aeroporto, SA	Total
Saldo de liquidação/disponibilidades	3.486	2.341	659	6.485

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Acresce referir, ainda, que em 2012 a DGTF assumiu o pagamento de uma responsabilidade superveniente resultante do desfecho de um processo judicial, da extinta sociedade Centro Cultural de Belém, SGII, SA, no valor de 298.132 euros.



6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

Quadro 6.7.1

Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de Euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	56.863	80.920	(24.057)	-29,7%
Comunicação Social	0	129	(129)	-100,0%
Lusa	0	129		
Gestão de Infraestruturas	14.941	30.637	(15.696)	-51,2%
Aéreas	5.943	11.767	(5.824)	-49,5%
ANA	5.943	9.752	(3.809)	-39,1%
NAV	0	2.015	(2.015)	-
Portuárias	8.998	10.823	(1.825)	-16,9%
APDL	3.870	4.329	(459)	-10,6%
APSS	1.989	2.352	(363)	-15,4%
APS	3.139	4.142	(1.003)	-24,2%
Rodoviárias	0	8.047	(8.047)	-
EP	0	8.047	(8.047)	-
Serviços de Utilidade Pública	41.400	30.175	11.225	37,2%
AdP	992	1.870	(878)	-46,9%
CTT	40.407	28.305	12.102	42,8%
PARPÚBLICA	0	19.625	(19.625)	-100,0%
Outros Sectores	522	354	168	47,6%
ASTRA ZENECA	5	5	0	-
EDM	428	103	325	315,2%
INOVCAPITAL	0	0	0	-
LISNAVE	89	245	(156)	-63,7%
Portugal Telecom	0	1	(1)	-
SYNGENTA	0			-
ZON	0			-
Empresas Públicas Financeiras	272	0	272	-
PME Investimentos, SA	272	0	272	-
Total Empresas Públicas	57.135	80.920	(23.785)	-29,4%
Outras Entidades Públicas Não Financeiras	1.364	533	831	155,8%
IHRU	1.364	533		
Outras Entidades Públicas Financeiras	18.699	158.698	(139.999)	-88,2%
Banco de Portugal	18.699	158.698		
Total Empresas Públicas e Banco de Portugal	77.198	240.151	(162.953)	-67,9%

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

O montante global dos dividendos pagos ao Estado pelas empresas públicas registou um decréscimo de 67,9%, determinado, essencialmente, pela diminuição do valor distribuído pela Parpública e Banco de Portugal. Em sentido contrário, as empresas do sector dos Serviços de Utilidade Pública distribuíram dividendos de montante superior a 2011.



6.8. Programa de Recapitalização da Banca

Em 2012, foram efetuadas as seguintes operações de capitalização por parte do Estado Português em instituições de crédito privadas com sede em Portugal, no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira:

Nos termos dos despachos n.ºs 8840-A/2012 e 8840-B/2012/2012 do Ministro de Estado e das Finanças, ambos de 28 de junho de 2012, foi aprovada a:

- Subscrição pelo Estado Português de 3.000,0 M€ de instrumentos de capital elegível para *core tier 1* (ISE) emitidos pelo BCP, sob a forma de obrigações subordinadas, sem termo, com uma taxa de remuneração efetiva anual de 8,5% para o 1º ano de investimento;
- Subscrição pelo Estado Português de 1.500,0 M€ de instrumentos de capital elegível para *core tier 1* (ISE) emitidos pelo BPI, sob a forma de obrigações subordinadas, sem termo, com uma taxa de remuneração efetiva de 8,5% para o 1º ano de investimento (os quais foram posteriormente reduzidos para 1.200,0 M€ após duas operações de recompra de ISEs pelo BPI (no montante de 300,0 M€).

Considerando o montante das operações de recapitalização do BCP e do BPI, em 2012 o Estado Português aplicou 4.500,0 M€ do total dos 12.000,0 M€ que constituem a dotação global da linha de recapitalização disponível ao abrigo do mecanismo de apoio à solvabilidade bancária previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Refira-se que estes ISEs são obrigações de capital contingente, isto é, títulos de dívida que se convertem em ações a partir do momento em que a instituição emitente não cumpra determinadas condições.

Por outro lado, deve ser mencionado que, de acordo com o previsto na medida 2.8 do Memorandum of Understanding (MoU) - 3.ª revisão, de 15 de março de 2012, na medida 2.6 do MoU - 4.ª revisão, de 27 de junho de 2012, e na medida 2.6 do MoU - 5.ª revisão, de 14 de outubro de 2012, a CGD deveria reforçar a base de capital da sua atividade bancária através da racionalização da sua estrutura.

Contudo, como essas necessidades não puderam ser supridas por via de recursos internos, a CGD beneficiou de apoio público proveniente de reservas exteriores ao mecanismo de apoio à solvabilidade bancária, em linha com as regras da União Europeia em matéria de auxílios de Estado. Nesta medida, a CGD não recorreu à dotação orçamental prevista para a Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira (IREF), mas adotou parcelarmente um dos instrumentos financeiros previstos nesse mecanismo de apoio à solvabilidade bancária, ou seja, os ISEs, num montante de 900,0 M€ e, por outro, recorreu a um aumento do capital por parte do acionista Estado no montante de 750,0 M€.



Apresenta-se, seguidamente, um resumo dos movimentos realizados até ao final de 2012 com os valores das operações efetuadas de ISEs, bem como sobre os juros pagos por essas instituições bancárias, sendo que apenas as operações do BPI e BCP estão subjacentes à IREF:

Quadro 6.8
Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas

Milhares de euros

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Instrumentos de Capital Core Tier 1 (ISE's) subscritos pelo Estado				
Empresas Públicas Financeiras	900.000	0	900.000	-
CGD	900.000	0	900.000	-
Instituições de Crédito Privadas	4.500.000	0	4.500.000	-
BCP	3.000.000	0	3.000.000	-
BPI	1.500.000	0	1.500.000	-
TOTAL	5.400.000	0	5.400.000	-

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Recompra de Instrumentos de Capital Core Tier 1 (ISE's)				
Empresas Públicas Financeiras	0	0	0	-
CGD	0	0	0	-
Instituições de Crédito Privadas	300.000	0	300.000	-
BCP	0	0	0	-
BPI	300.000	0	300.000	-
TOTAL	300.000	0	300.000	-

	2012	2011	Variação	
			Absoluta	%
Instrumentos de Capital Core Tier 1 (ISE's) - Juros Pagos				
Empresas Públicas Financeiras	37.470	0	37.470	-
CGD	37.470	0	37.470	-
Instituições de Crédito Privadas	180.481	0	180.481	-
BCP	124.900	0	124.900	-
BPI	55.581	0	55.581	-
TOTAL	217.951	0	217.951	-

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

7. Responsabilidades Contingentes

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram 790 Responsabilidades Contingentes (representando um ligeiro decréscimo face às 796 responsabilidades contingentes reportadas em dezembro de 2011). Destas, 54,6% foram divulgadas nos respetivos Relatório e Contas referentes ao exercício de 2012 (representando 88,6% dos montantes indicados), sendo que 55 das



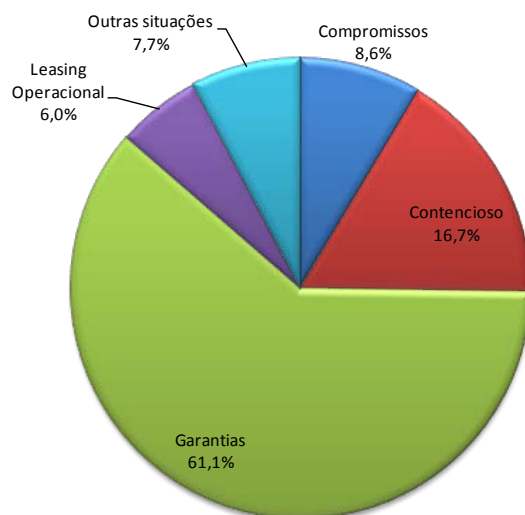
situações reportadas não têm montante indicativo. As 735 situações reportadas contendo valor indicativo ascendem a um total de 3.946,8 M€.

Para efeito de análise das responsabilidades contingentes tipificaram-se 5 grandes categorias: (1) Garantias concedidas a terceiros; (2) Outras situações incluindo PPP/Concessões - Contingências financeiras e legais decorrentes de diversas situações incluindo Concessões e PPPs, não expressas nas contas da empresa, tais como reequilíbrios, contrapartidas e subsídios financeiros; (3) Contencioso - Processos em contencioso donde possam resultar responsabilidades para a empresa; (4) *Leasing* operacional; (5) Capital Subscrito e não Realizado.

No entanto, verificou-se que a categoria “Capital Subscrito e não Realizado” não tem expressão, tendo surgido, em seu lugar, a categoria “Compromissos Assumidos”, relativa às responsabilidades contratuais já assumidas.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 3.257,4 M€ (cerca de 82,4% do total), reside em cinco empresas, sendo elas a AdP (com 49,1%), a TAP¹⁹ (com 11,9%), a Parque Escolar (com 9,6%), o ML (com 7,7%) e a CP (com 4,2%).

Gráfico 7.1
Peso das responsabilidades contingentes



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

¹⁹ Incluída nesta análise por fazer parte da carteira de participações da Parpública.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, por Garantias, processos em Contencioso e Compromissos, correspondendo, respetivamente, a 2.412,7 M€ (61,1%), 657,5 M€ (16,7%) e 338,5 M€ (8,6%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 87,5% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 79,4% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

Quadro 7.1
Garantias concedidas por sector

Unid: Milhares de euros

Garantias	Qt.	Montante	%
1.1. Comunicação Social	9	7.824	0,3%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	2	996	0,0%
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	3	3.090	0,1%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	11	3.616	0,1%
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	6	153.641	6,4%
1.3.5. Outras Infraestruturas	1	2.494	0,1%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	8	3.317	0,1%
1.5. Saúde	1	22	0,0%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	7	1.915.837	79,4%
1.7. Transportes	62	185.040	7,7%
1.8. Parpública	1	2.192	0,1%
1.9. Outros Sectores	62	134.591	5,6%
Total	173	2.412.659	100%

Fonte: Empresas

As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de “Contencioso”, são a TAP²⁰, a MP e a ML, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de ILD.

²⁰ Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.



Quadro 7.2
Processo em contencioso por sector

Unid: Milhares de euros

Contencioso	Qt.	Montante	%
1.1. Comunicação Social	1	2.944	0,4%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	65	12.244	1,9%
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	1	1.950	0,3%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	2	0	0,0%
1.3.5.Outras Infraestruturas	26	16.464	2,5%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	29	36.861	5,6%
1.5. Saúde	166	31.970	4,9%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	13	0	0,0%
1.7. Transportes	138	505.140	76,8%
1.8. Parapública	6	6.366	1,0%
1.9. Outros Sectores	61	43.570	6,6%
Total Geral	508	657.509	100%

Fonte: Empresas

O *Leasing* Operacional encontra-se concentrado no sector dos transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

Quadro 7.3
Leasing operacional contratado

Unid: Milhares de euros

Leasing Operacional	Qt.	Montante	%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	2	91	0,0%
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	2	2.688	1,1%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	2	8	0,0%
1.5. Saúde	26	784	0,3%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1	13.656	5,8%
1.7. Transportes	1	216.963	92,2%
1.8. Parapública	5	193	0,1%
1.9. Outros Sectores	15	980	0,4%
Total Geral	54	235.363	100%

Fonte: Empresas

8. Instrumentos de Gestão Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos



a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Posteriormente, em 2012, procedeu-se à alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), tendo sido cometida a essa agência a gestão dos IGRF contratados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

Quadro 8.1

IGRF Contratados por Sector

Unid: Milhares de euros

Empresa	Nº Operações	Valor contratual	%
ANA	1	30.000	0%
Refer	6	1.450.000	12%
APL	1	21.500	0%
EP	1	125.000	1%
Subtotal Infra-Estruturas	9	1.626.500	13%
Carris	4	505.000	4%
CP	8	1.437.363	12%
Metro Porto	15	1.557.592	13%
STCP	2	50.000	0%
Transtejo	2	55.000	0%
TAP	2	71.011	1%
Metropolitano Lisboa	68	5.551.695	46%
Subtotal Transportes	101	9.227.662	76%
ADP	6	295.000	2%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	6	295.000	2%
Egref	1	360.000	3%
SIMAB	4	49.100	0%
Subtotal Outros Setores	5	409.100	3%
Parpública	5	550.000	5%
Total Geral	126	12.108.262	100%

Fonte: Empresas

À data de 31 de dezembro 15 empresas, repartidas por cinco sectores de atividade, mantinham em carteira Instrumentos de Gestão Risco Financeiro contratados sobre um total de 12.108,3 M€, ou seja cerca de 41,6% do endividamento total.

No quadro abaixo evidencia-se o peso do valor de mercado à data de 31 de dezembro (*MtM*) dos IGRF contratados, face ao endividamento das empresas. A 31 de dezembro, o único IGRF contratado pela EGREP assume um justo valor negativo de 50,7% do endividamento remunerado da mesma. De salientar ainda o Metropolitano de Lisboa, em que o *MtM* a 31 de dezembro rondava os 29,6% da dívida, ultrapassando já os 1.240,7 M€.



Quadro 8.2

Endividamento da Empresa e Valor de Mercado dos IGRF

Unid: Milhares de euros

	Endividamento 4T2012	IGRF - MtM 4T2012	%
ANA - Aeroportos de Portugal SA	501.597	-4.217	-0,8%
REFER - Rede Ferroviária Nacional EP	6.962.328	-28.722	-0,4%
APL - Administração do Porto de Lisboa SA	126.675	-3.213	-2,5%
EP - Estradas de Portugal SA	2.963.706	-14.195	-0,5%
Subtotal Infraestruturas	10.554.305	-50.347	-0,5%
Companhia Carris de Ferro de Lisboa SA	734.585	-120.142	-16,4%
CP-Caminhos de Ferro Portugueses EP	3.637.063	-135.181	-3,7%
Metro do Porto SA	2.723.497	-889.658	-32,7%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto SA	370.662	-112.930	-30,5%
TRANSTEJO-Transportes do Tejo SA	161.673	-5.443	-3,4%
TAP SA	861.656	-1.680	-0,2%
Metropolitano de Lisboa EP	4.186.309	-1.240.675	-29,6%
Subtotal Transportes	12.675.444	-2.505.710	-19,8%
ADP	600.000	-59.680	-9,9%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	600.000	-59.680	-9,9%
Egrop	366.567	-185.733	-50,7%
SIMAB	23.000	-1.344	-5,8%
Subtotal Outros Setores	389.567	-187.077	-48,0%
Parpública-Participações Públicas SGPS SA	4.955.442	-38.001	-0,8%
Parpública	4.955.442	-38.001	-0,8%
Total Geral	29.174.759	-2.840.815	-9,7%

Fonte: Empresas

Apesar do objetivo da contratação dos IGRF ter sido na generalidade das situações, e de acordo com informação prestada pelas empresas, a cobertura do risco financeiro, verificou-se que, desde 2010, em parte em consequência do baixo valor das taxas de juro, os IGRF continuaram a apresentar valores de mercado muito negativos.

As empresas assinalaram quatro grandes categorias de objetivos na contratação de IGRF: (1) **Cobertura** de operações contratadas, visando nomeadamente a minimização da exposição ao risco da Taxa de juro; (2) **Reestruturação** – IGRF contratadas que visam reajustar as condições de IGRF anteriormente contratados; (3) **Diversificação** – referente a operações contratadas que têm por finalidade o ajuste da carteira de passivos como um todo, sem suporte direto num passivo contratado, (4) **Otimização** dos encargos financeiros com risco – contratação de IGRF que, expondo a empresa a um risco adicional, têm suporte numa operação contratada e procuram otimizar os encargos financeiros a pagar.

Quadro 8.3

IGRF contratados por categoria de objetivo

Unid: Milhares de euros

Objectivo	Nº	Valor Contratual	%
Cobertura	83	7.829.487	65%
Reestruturação	23	1.721.183	14%
Diversificação	16	1.857.592	15%
Parpública - Obrigações Convertíveis	2	0	0%
Opt. de Enc. Fin.com risco	2	700.000	6%
Total Geral	126	12.108.262	100%

Fonte: Empresas



Numa análise sumária da origem da contraparte, verifica-se que cerca de 50,3% das operações foram contratadas com bancos de origem estrangeira.

Foi, ainda, solicitada a apresentação da análise de sensibilidade dos IGRF contratados à variação das taxas de juro. Apesar de algumas empresas não terem apresentado essa análise, pelo seu relativo pouco peso no conjunto, foi possível apurar que a variação positiva de 1% da Euribor teria um impacto, em cerca de 99% da carteira (em termos de valor nominal contratado), de 879,0 M€. No entanto, uma variação negativa de 1% da Euribor teria como impacto um agravamento, no mesmo universo, de -799,0 M€ no valor da carteira.

Quadro 8.4

Análise de sensibilidade à variação Euribor

Unid: Milhares de euros

Empresa	MtM dez2012	-1%	+1%
APL	-3.213	0	0
AdP	-59.680	-14.478	9.452
Egrop	-185.733	-64.322	58.628
Carris	-120.142	-51.522	42.474
CP	-135.181	-9.773	20.000
Metro Porto	-889.658	-366.452	390.541
Refer	-28.722	-4.010	-19.087
STCP	-112.930	-6.000	44.850
Transtejo	-5.443	-1.635	1.530
TAP	-1.680	-3.399	-1.361
ANA	-4.217	-2.091	1.888
Parública	-38.001	2.400	-3.160
EP	-14.195	0	0
Metropolitano Lisboa	-1.240.675	-277.448	332.922
SIMAB	-1.344	-342	337
Total Geral	-2.840.815	-799.072	879.015

Fonte: Empresas

Nos anos compreendidos entre 2008 e 2010 ocorreu a contratação de metade dos IGRF existentes à data de 31 de dezembro de 2012.



Quadro 8.5

Valor de mercado dos IGRF contratados (evolução 2010-2012)

Unid: Milhares de euros

Empresa	MtM dez 2010	MtM dez 2011	MtM dez 2012	Var. 2012/2011
APL	-3.180	-3.288	-3.213	75
AdP	-4.012	-38.456	-59.680	-21.223
ANA	-1.192	-2.874	-4.217	-1.343
Carris	-82.927	-95.323	-120.142	-24.820
CP	-163.471	-146.094	-135.181	10.912
Egrop	-129.226	-172.727	-185.733	-13.006
EP	-10.581	-11.892	-14.195	-2.302
Metro Porto	-514.282	-656.500	-889.658	-233.158
Metropolitano Lisboa	-417.762	-893.646	-1.240.675	-347.029
Parública	-123.312	3.773	-38.001	-41.774
Refer	-59.333	-63.544	-28.722	34.822
SIMAB	-3.924	-2.352	-1.344	1.008
STCP	-36.287	-70.387	-112.930	-42.543
TAP	-1.415	-1.212	-1.680	-468
Transtejo	-3.456	-5.015	-5.443	-428
Total Geral	-1.554.359	-2.159.538	-2.840.815	-681.277

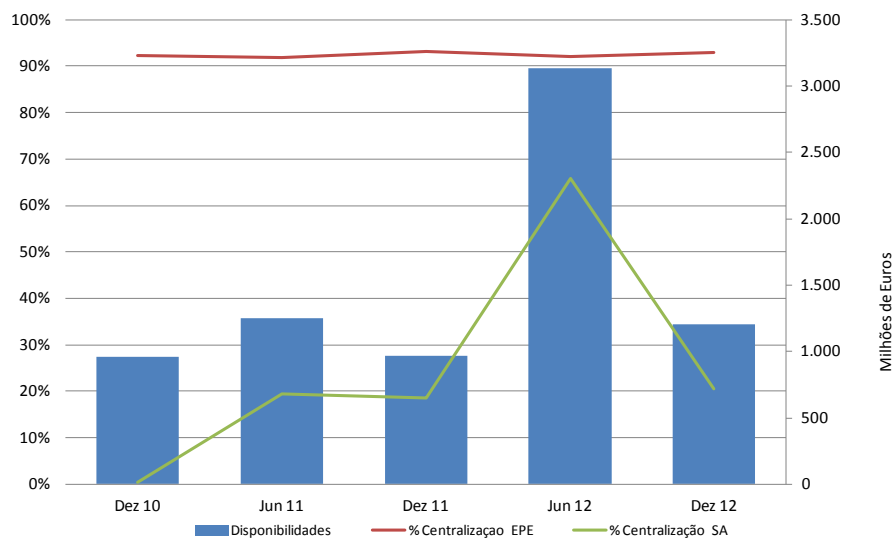
Fonte: Empresas

9. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF), Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática, informação junto das EPNF detidas diretamente pela DGTF.

Tabela 9.1
Centralização das disponibilidades por tipo de empresa

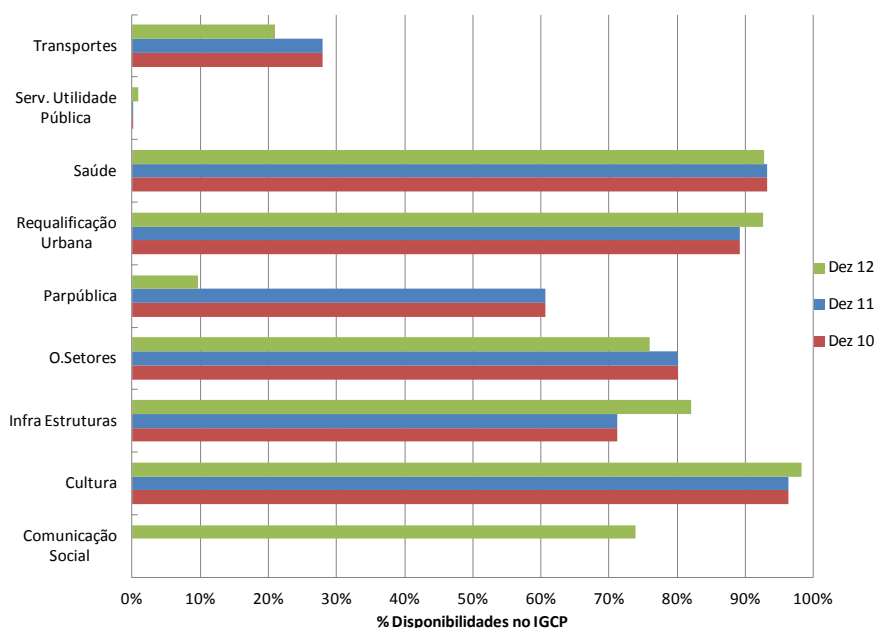


Fonte: SIRIEF

As EPE apresentam uma taxa de centralização relativamente estável, na ordem dos 92,9%.

As SA apresentam em 2012 uma evolução favorável na taxa de centralização face a 2011 atingindo cerca de 22% no final do ano. A quebra nas disponibilidades centralizadas ocorrida no 2º semestre de 2012 é justificada pela transferência, para Receita do Estado, das receitas da Parpública.

Tabela 9.2
Centralização de disponibilidades por sector de atividade

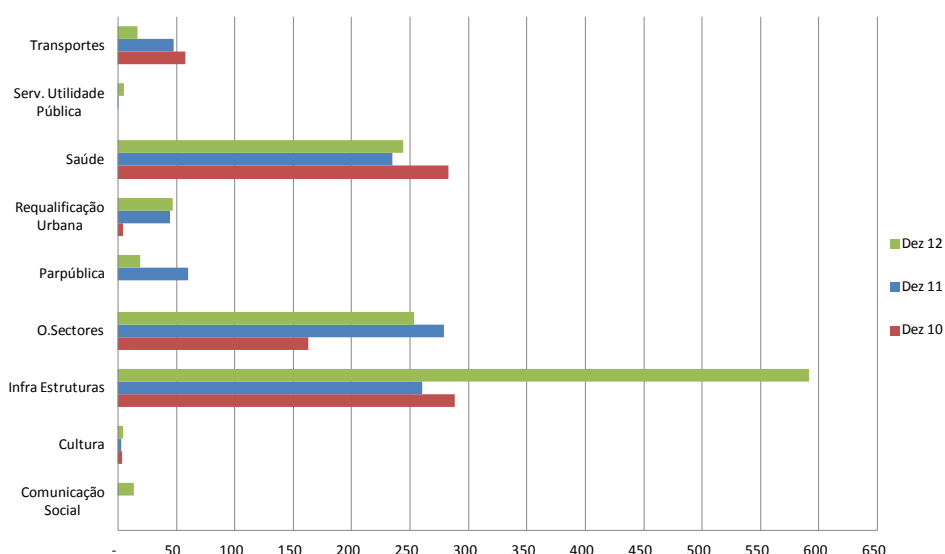


Fonte: SIRIEF

Os sectores mais expressivos em termos de cumprimento do princípio da UTE são os da Saúde, Cultura, Requalificação Urbana e Infraestruturas, sendo que neste último caso a Parque Escolar, EPE assume um peso significativo.

No entanto, numa análise aos fundos efetivamente centralizados no IGCP, por sector de atividade, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância.

Tabela 9.3
Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades, derivado dos baixos níveis de liquidez existentes no sector.

10. PESO DO SEE NA ECONOMIA

No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm} , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

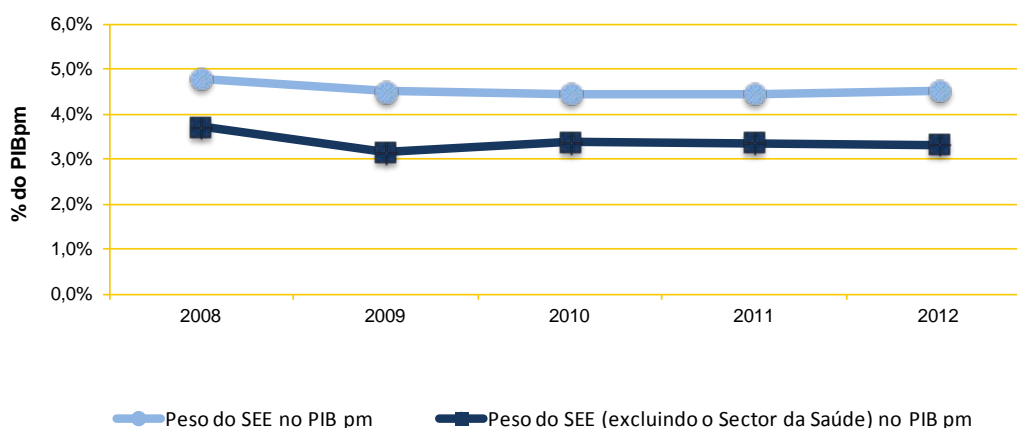
Saliente-se que, devido a alterações no universo considerado e à revisão do método de apuramento do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os incluídos em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de fatores.

De referir, também, que o universo das empresas que integram o sector da Saúde tem vindo, ao longo dos últimos anos, a sofrer alterações no âmbito da empresarialização dos hospitais do Sector Público Administrativo e, mais recentemente, da fusão entre hospitais EPE e hospitais SPA.

10.1. Peso no Produto Interno Bruto

Em 2012 o peso do SEE na economia, medido pelo rácio $VAB_{pm}SEE / PIB_{pm}$, foi de 4,5%, registando uma subida de 0,1p.p. face a 2011 e igualando, assim, a percentagem verificada em 2010 (**Gráfico 10.1.1**). Se excluirmos as empresas do sector da Saúde, tem vindo a registar-se um ligeiro decréscimo, caindo para 3,3% em 2012.

Gráfico 10.1.1
Peso do SEE no PIBpm



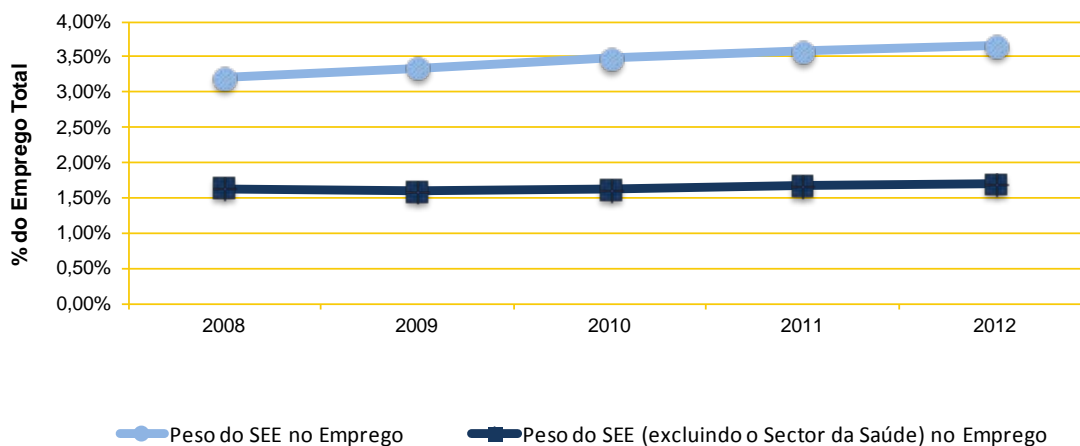
10.2. Peso no Emprego

O número médio de trabalhadores do SEE revelou uma redução de 2,1% relativamente ao exercício anterior.

Sem considerar o sector da Saúde, o número de trabalhadores do SEE registou uma queda de 2,6% face ao ano anterior. Apesar desta redução, o peso relativo do emprego no SEE face ao total da economia nacional aumentou para 1,7%.



Gráfico 10.2.1
Peso do SEE no Emprego



10.3. Produtividade relativa do SEE

O indicador de produtividade relativa (peso do SEE no PIB / peso do SEE no Emprego), observou uma leve redução de 0,4%, conforme quadro seguinte. Sem contar com o sector da Saúde, a produtividade registou um decréscimo superior, de 2,6%, que é explicado pela redução do volume de negócios.

Quadro 10.3.1 Produtividade Relativa no SEE

Produtividade relativa SEE	2012	2011	Variação
Peso no PIB (p.p.)			
SEE	4,5%	4,4%	0,1
SEE sem sector Saúde	3,3%	3,4%	-0,1
Peso no Emprego			
SEE	3,7%	3,6%	0,1
SEE sem sector Saúde	1,7%	1,7%	0,0
Produtividade (%)			
SEE	1,22	1,24	-1,7%
SEE sem sector Saúde	1,96	2,01	-2,6%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11. ANEXOS

11.1. Empresas Públicas em 2012 e 2011

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2012		2011	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1. Empresas Públicas não Financeiras	10.442.266.579		10.062.786.629	
1.1. Comunicação Social	1.425.043.340		1.080.543.340	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.670.000	50,14	2.670.000	50,14
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA ☆	1.422.373.340	100,00	1.077.873.340	100,00
1.2. Cultura	7.500.000		7.500.000	
OPART - Organismo de Produção Artística, EPE	4.000.000	100,00	4.000.000	100,00
Teatro Nacional D. Maria II, EPE	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00
Teatro Nacional S. João EPE ☆	2.500.000	100,00	2.500.000	100,00
1.3. Gestão de Infraestruturas	1.557.881.150		1.491.317.450	
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	31.750.000		97.686.300	
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	0	-	62.889.520	31,44
ANAM-Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	6.750.000	10,00	6.750.000	10,00
NAER-Novo Aeroporto, SA	0	-	3.046.780	5,59
Navegação Aérea de Portugal-NAV Portugal, EPE	25.000.000	100,00	25.000.000	100,00
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	430.200.000		431.700.000	
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	-	-	1.500.000	60,00
REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE ☆	430.200.000	100,00	430.200.000	100,00
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	236.135.000		236.135.000	
APA - Admn. Porto Aveiro, SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
APDL-Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	51.035.000	100,00	51.035.000	100,00
APL-Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000	100,00	60.000.000	100,00
APS-Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000	100,00	80.000.000	100,00
APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	15.100.000	100,00	15.100.000	100,00
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	464.000.000		330.000.000	
EP - Estradas de Portugal, SA ☆	464.000.000	100,00	330.000.000	100,00
1.3.5. Outras Infraestruturas	395.796.150		395.796.150	
Docapesca-Portos e Lotas, SA	8.528.400	100,00	8.528.400	100,00
EDIA-Empresa Desenv. Infraest Alqueva, SA	387.267.750	100,00	387.267.750	100,00
1.4. Requalificação Urbana	165.810.750		170.810.750	
Arco Ribeirinho Sul, SA	-	-	5.000.000	100,00
CostaPolis-Soc.Des.Programa Polis Costa Caparica, SA	19.160.000	60,00	19.160.000	60,00
Parque Expo 98, SA	82.454.750	99,77	82.454.750	99,77
Polis Litoral Norte, SA ☆	13.833.000	53,00	13.833.000	53,00
Polis Litoral Ria de Aveiro, SA ☆	17.192.000	56,00	17.192.000	56,00
Polis Litoral Sudoeste, SA ☆	9.996.000	51,00	9.996.000	51,00
PolisLitoral Ria Formosa, SA ☆	14.175.000	63,00	14.175.000	63,00
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA ☆	9.000.000	60,00	9.000.000	60,00

(continua)



Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2012		2011	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.5. Saúde	1.853.162.225		1.855.662.225	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	40.930.000	100,00	40.930.000	100,00
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	24.920.930	100,00	24.920.930	100,00
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	95.322.302	100,00	95.322.302	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000	100,00	126.860.000	100,00
Centro Hospitalar de São João, EPE	112.000.000	100,00	112.000.000	100,00
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	66.992.791	100,00	66.992.791	100,00
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	58.753.000	100,00	58.753.000	100,00
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	49.582.000	100,00	49.582.000	100,00
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	43.930.000	100,00	43.930.000	100,00
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	40.284.651	100,00	40.284.651	100,00
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	38.012.791	100,00	38.012.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	26.642.791	100,00	26.642.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	36.854.419	100,00	36.854.419	100,00
Centro Hospitalar do Porto, EPE	142.704.000	100,00	142.704.000	100,00
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	59.080.000	100,00	59.080.000	100,00
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	50.279.540	100,00	50.279.540	100,00
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	162.930.000	100,00	162.930.000	100,00
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	13.750.602	100,00	13.750.602	100,00
Hospital de Curry Cabral, EPE	-	-	2.500.000	100,00
Hospital de Faro, EPE	22.422.097	100,00	22.422.097	100,00
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	20.000.000	100,00	20.000.000	100,00
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	20.950.000	100,00	20.950.000	100,00
Hospital Distrital de Santarém, EPE	39.592.791	100,00	39.592.791	100,00
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	24.102.535	100,00	24.102.535	100,00
Hospital do Litoral Alentejano, EPE	-	-	7.000.000	100,00
Hospital Garcia da Orta, EPE	60.419.535	100,00	60.419.535	100,00
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	18.200.000	100,00	18.200.000	100,00
Hospital Santa Maria Maior, EPE	15.689.302	100,00	15.689.302	100,00
IPO - Coimbra, EPE	19.950.000	100,00	19.950.000	100,00
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000	100,00	49.880.000	100,00
IPO - Porto, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	13.877.236	100,00	13.877.236	100,00
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	12.516.000	100,00	12.516.000	100,00
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	33.854.419	100,00	33.854.419	100,00
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	48.870.523	100,00	48.870.523	100,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	59.408.063	100,00	59.408.063	100,00
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	7.000.000	100,00	-	-
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	34.940.000	100,00	34.940.000	100,00
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	21.999.907	100,00	21.999.907	100,00
1.6. Transportes	2.898.818.020		2.898.818.020	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270	100,00	163.532.270	100,00
CP-Comboios de Portugal, EPE	1.995.317.000	100,00	1.995.317.000	100,00
Metro do Mondego, SA	569.750	53,00	569.750	53,00
Metro do Porto, SA ☆	3.000.000	40,00	3.000.000	40,00
Metro-Metropolitano de Lisboa, EPE ☆	603.750.000	100,00	603.750.000	100,00
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000	100,00	79.649.000	100,00
TRANSTEJO-Transportes do Tejo, SA ☆	53.000.000	100,00	53.000.000	100,00

(continua)



Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2012		2011	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.7. Parpública	2.000.000.000		2.000.000.000	
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000	100,00	2.000.000.000	100,00
1.8. Outros Sectores	534.051.094		554.001.094	
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE	50.000	100,00	-	-
Agência Nacional de Compras Públicas, EPE	-	-	8.000.000	100,00
AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EI	114.927.980	100,00	114.927.980	100,00
EGREP - Entid. Gest. Reservas Estratég. Prod. Petrolíf. EPE	250.000	100,00	250.000	100,00
EDM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA ☆	66.000.000	100,00	66.000.000	100,00
Empordef- Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, SA	174.275.000	100,00	174.275.000	100,00
FRME-Fundo p ^a . Revit. Modern. Tecido Emp. ,SGPS, SA	46.971.559	64,96	46.971.559	64,96
GeRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Admin. Put	-	-	12.000.000	100,00
INOV Capital, SA	-	-	4.133.750	10,23
Parque Escolar, EPE ☆	91.342.806	100,00	91.342.806	100,00
Portugal Capital Ventures, SCR, SA	4.133.750	10,23	-	-
SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA ☆	100.000	100,00	100.000	100,00
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	6.000.000	100,00	6.000.000	100,00
2. Empresas Públicas Financeiras	5.910.132.750		5.160.132.750	
Caixa Geral de Depósitos, SA	5.900.000.000	100,00	5.150.000.000	100,00
PME Investimento, SA	4.133.750	15,03	4.133.750	15,03
SOFID - Soc. Para o Financiamento Desenvolvimento Instituição Fin	5.999.000	59,99	5.999.000	59,99
3. Empresas Sediadas no Estrangeiro	713.298		713.298	
Fundo de Estabilização da Zona Euro, SA	713.298	2,51	713.298	2,51
4. Organismos Internacionais	17.564.400.000		-	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - ESM	17.564.400.000	2,51	-	
4. Total	33.917.512.628		15.219.498.928	

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

☆ - Empresas Públicas Reclassificadas



11.2. Outras Participações (carteira acessória*)

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2012		2011	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
Empresas Públicas não Financeiras				
Indústria	75.007		261.511	
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820	25,00	74.820	25,00
EFACEC - Int. Financing, SGPS, SA	0	0,00	38.174	5,00
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	0	0,00	148.330	2,97
Sociedade Aguas da Curia, SA	187	0,01	187	0,01
Outros sectores	1.960.524		32.254.902	
CIMPOFIM - Projectos Técnicos e Financeiros, SA	648.435	18,70	648.435	18,70
CNEMA - Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas, SA	30.000	0,91	30.000	0,91
Estrela, SGPS, SA	187	0,00	187	0,00
Comundo - Consorcio Mundial Export. Importação, SA	17	0,00	17	0,00
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré, CRL	3	0,00	3	0,00
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	200.000	100,00	200.000	100,00
Gestínsua - Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil., SA	8.750	17,50	8.750	17,50
Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA	20	0,00	20	0,00
Matur - Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira, SA	20	0,00	20	0,00
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	17.458	3,50	17.458	3,50
Parques de Sintra - Monte da Lua, SA	875.000	35,00	0	0,00
Parquiverca - Coop. Abastecimento Alimentar, SCARL	50	0,00	50	0,00
Parups, SA	50.000	100,00	0	0,00
Parvalorem, SA	50.000	100,00	0	0,00
Portugal Telecom, SGPS, SA	15	0,00	15	0,00
PROPNER Y - Propriedades e Equipamentos, SA	0	0,00	2.118.255	41,82
SANJIMO - Soc. Imobiliária, SA	4.930	7,97	4.930	7,97
SIMAB - Soc.Inst. Mercados Abastecedores, SA	0	0,00	29.145.891	100,00
Soc. Imagem Real, Ld. ^a	288	0,00	288	0,00
Sociedade Pereira Pinto, Ld. ^a - Farmácia Central de Carcavelos	0	0,00	4.750	95,00
Sociedade Turística da Penina, SA	0	0,00	15	0,00
Sonagi - Soc. Nacional Gestão Investimento, SA	500	0,01	500	0,01
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA	0	0,00	466	0,00
SPIDOURO - Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes, SA	74.850	8,30	74.850	8,30
ZON Multimédia, SGPS, SA	1	0,00	1	0,00
Empresas Públicas Financeiras	50.000		380.000.000	
Banco Português de Negócios, SA**	0	0,00	380.000.000	100,00
Parparticipadas, SGPS, SA	50.000	100,00	0	0,00
Empresas Sediadas na Estrangeiro	18.869.806		12.669.806	
IPE MACAU - Invest. e Participações Empresarias, SARL***	97.032	100,00	97.032	100,00
IO - Investment Opportunities, SA	6.200.000	15,05	0	0,00
Portugal Venture Capital Initiative, SA	12.500.000	11,23	12.500.000	11,23
WTC MACAU - World Trade Center Macau, SARL***	72.773,85	2,50	72.773,85	2,50
Total	20.955.337		425.186.218	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

(*) Empresas nas quais a posição accionista do Estado não lhe confere uma posição de influência dominante na gestão - empresas participadas. Incluem-se também empresas, que embora detidas maioritariamente, a sua manutenção na posse do Estado é encarada como transitória.

(**) Empresa nacionalizada em novembro de 2008 através da Lei nº 62-A/2008 de 11 de novembro e privatizada em fevereiro de 2012.

(***) Foi considerado o câmbio de 31.12.2012



11.3. Empresas em liquidação

Euros

Empresas	Participação DGTF			
	2012		2011	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, EP	1.241.383	0,00	1.241.383	0,00
AveiroPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Aveiro, SA	5.700.000	60,00	5.700.000	60,00
EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000	82,50	0	0,00
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, Lda *	69.134	24,10	69.134	24,10
GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA	5.778.000	60,00	5.778.000	60,00
Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, Lda *	4.651.824	37,30	4.651.824	37,30
Metalúrgica Casal, SA *	5	0,00	5	0,00
METANOVA - Comércio e Gestão de Imóveis, SA *	37.410	10,00	37.410	10,00
PolisCastelo Branco-Soc.Des.Progr.Polis Castelo Br., SA	0	0,00	5.880.000	60,00
PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000	60,00	4.591.000	60,00
RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000	60,00	0	0,00
SetúbalPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Setúbal, SA	3.830.000	60,00	3.830.000	60,00
Silopor-Empresa Silos Portuários, SA	46.388.204	100,00	46.388.204	100,00
Sociedade Frente Tejo	0	0,00	5.000.000	100,00
Sociedade Pereira Pinto, Lda (Farmácia Central de Carcavelos)	0	0,00	4.750	95,00
TomarPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Tomar, SA	1.459.000	60,00	1.459.000	60,00
ViseuPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Viseu, SA	9.600.000	60,00	9.600.000	60,00
Total	88.145.960		94.230.710	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

* Liquidação no quadro de processo de falência/insolvência.

Obs: Para aferição da data da conclusão da liquidação considerou-se a data da aprovação da conta final de liquidação.



11.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2012

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas						Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	
			Transportes				SOMA	Outras Infraestruturas						Total
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraestr. Rodoviárias								
Vendas e Serviços Prestados	203.241,7	4.627,0	595.668,2	145.794,4	100.388,2	1.679.212,0	2.521.062,8	38.954,2	2.560.017,0	27.409,6	1.490.734,2	568.557,7	3.985.443,0	319.245,3
Subsídios à exploração	73.606,5	20.530,5	4,0	578,5	39.600,0	4,8	40.187,3	40,3	40.227,5	60,0	0,0	134.891,1	8.795,0	35,7
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	9,9	0,0	0,0	0,0	9,9	(130,0)	(120,1)	0,0	240,1	5.928,1	204.797,0	3.759,6
Variação nos inventários da produção	0,0	(191,8)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39.818,7	39.818,7	0,0	0,0	(0,4)	(9.643,0)	20,6
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	2.019,2	416,5	0,0	0,0	2.435,7	2.387,2	4.822,9	982,2	0,0	5.258,7	26.897,0	5.084,9
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(96.641,6)	(25,6)	(2.395,6)	(2.725,7)	(4.326,1)	(908.238,2)	(917.685,6)	(2.562,3)	(920.247,9)	(2.667,1)	(51.638,4)	(43.157,0)	(300.201,0)	(4.592,5)
Fornecimentos e Serviços Externos	(44.153,0)	(7.232,1)	(195.094,4)	(26.552,8)	(88.041,2)	(187.815,9)	(497.504,3)	(52.783,1)	(550.287,4)	(15.781,7)	(468.766,5)	(369.949,4)	(2.125.243,0)	(130.306,7)
Gastos Com o Pessoal	(90.325,7)	(16.182,0)	(208.774,9)	(48.906,8)	(77.799,7)	(33.498,1)	(368.979,4)	(14.855,0)	(383.834,4)	(10.015,8)	(469.516,3)	(261.810,3)	(810.803,0)	(77.772,9)
Ajustamentos de inventários	0,0	(39,2)	0,0	(178,4)	0,0	0,0	(178,4)	(5,6)	(184,0)	0,0	(5.466,3)	(735,7)	(50.852,0)	(4.776,9)
Imparidade de dívidas a receber	(649,8)	(7,1)	2.748,6	(2.581,1)	(4.978,8)	(3.255,7)	(8.067,0)	(89,9)	(8.156,9)	0,0	(2.926,4)	38.664,3	144,0	(1.064,9)
Provisões	(9.665,6)	(641,2)	(1.627,1)	(1.575,8)	(818,9)	(26.393,3)	(30.415,2)	(1.291,5)	(31.706,7)	293,3	(16.746,1)	(65.949,2)	5.920,0	(8.838,6)
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis	0,0	0,0	1.177,8	0,0	0,0	0,0	1.177,8	0,0	1.177,8	0,0	0,0	(6.771,6)	(5.404,0)	(8.959,0)
Aumentos / Reduções de justo valor	(607,6)	0,0	10,7	75,3	0,0	0,0	86,0	0,0	86,0	0,0	0,0	(235.139,4)	(166.776,0)	(1.277,5)
Outros Rendimentos e Ganhos	1.890,9	240,0	9.703,2	59.349,8	13.427,1	61.742,3	144.222,4	7.085,2	151.307,6	6.567,8	102.585,3	73.964,6	799.378,0	66.167,3
Outros Gastos e Perdas	(7.468,2)	(444,0)	(35.378,4)	(10.045,7)	(2.234,3)	(4.404,4)	(52.062,8)	(2.900,1)	(54.962,9)	(4.557,6)	(26.934,2)	(22.352,6)	(101.867,0)	(11.044,3)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	29.227,4	634,4	168.071,3	113.648,2	(24.783,6)	577.353,5	834.289,3	13.668,0	847.957,4	2.290,7	551.565,5	(178.601,2)	1.460.585,0	145.680,2
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(10.720,9)	(675,6)	(88.564,4)	(65.091,3)	(3.100,9)	(211.754,7)	(368.511,3)	(9.248,6)	(377.759,9)	(716,1)	(260.247,5)	(188.347,7)	(449.761,0)	(122.078,5)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis	4.063,5	0,0	9.942,0	2.571,3	0,0	0,0	12.513,4	16.347,0	28.860,4	(4.164,4)	0,0	(545,4)	(2.321,0)	0,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	22.570,0	(41,1)	89.449,0	51.128,2	(27.884,6)	365.598,8	478.291,4	20.766,4	499.057,8	(2.589,8)	291.318,1	(367.494,3)	1.008.503,0	23.601,7
Juros e Gastos Similares Suportados	(11.669,1)	(8,0)	(17.762,7)	(7.449,2)	(335.842,8)	(311.437,4)	(672.492,1)	(11.043,7)	(683.535,8)	(15.462,4)	(122.562,0)	(603.157,7)	(461.295,0)	(64.148,7)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	37.989,6	6,2	254,3	908,3	271.941,3	272,3	273.376,3	84,8	273.461,1	1.411,0	60.516,0	17.531,9	10.516,0	4.599,9
Resultado antes de impostos	48.890,5	(42,9)	71.940,6	44.587,3	(91.786,0)	54.433,8	79.175,6	9.807,5	88.983,2	(16.641,2)	229.272,0	(953.120,0)	557.724,0	(35.947,2)
Imposto sobre o rendimento do período	(7.278,5)	(43,6)	(5.487,6)	(7.906,2)	(327,8)	(17.746,0)	(31.467,6)	(30,3)	(31.497,8)	1.568,7	(66.116,1)	(120,3)	(52.410,0)	(3.287,9)
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	41.612,0	(86,4)	66.453,0	36.681,1	(92.113,8)	36.687,8	47.708,1	9.777,2	57.485,3	(15.072,5)	163.156,0	(953.240,3)	505.314,0	(39.235,1)
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30.760,7	0,0	80.296,0	(404,6)
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	41.612,0	(86,4)	66.453,0	36.681,1	(92.113,8)	36.687,8	47.708,1	9.777,2	57.485,3	(15.072,5)	132.395,2	(953.240,3)	425.018,0	(38.830,5)

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2011

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas					SOMA	Outras Infraestruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes												
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraestr. Rodoviárias									
Vendas e Serviços Prestados	230.788,7	6.748,7	568.062,5	144.028,8	130.731,4	2.045.736,4	2.888.559,0	37.400,3	2.925.959,4	35.983,8	1.595.322,2	545.653,8	3.899.491,0	267.114,6	
Subsídios à exploração	89.338,0	24.777,4	0,9	1.195,7	36.000,0	0,0	37.196,6	293,8	37.490,3	152,3	0,0	182.345,5	10.571,0	56,6	
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	12,3	0,0	0,0	0,0	12,3	(64,2)	(51,9)	0,0	84,6	(2.432,4)	199.968,0	3.995,2	
Variação nos inventários da produção	0,0	92,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	44.987,5	44.987,5	0,0	0,0	(0,3)	8.323,0	(59,3)	
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	3.742,6	629,7	1.817,0	0,0	6.189,3	2.961,4	9.150,7	2.014,0	0,0	6.045,0	33.238,0	8.709,6	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(105.448,8)	(33,8)	(2.623,2)	(2.242,9)	(34.947,9)	(1.264.941,3)	(1.304.755,3)	(2.454,4)	(1.307.209,7)	(5.367,3)	(51.253,0)	(47.440,7)	(331.502,0)	(10.454,4)	
Fornecimentos e Serviços Externos	(51.879,8)	(10.198,5)	(130.721,5)	(30.018,1)	(99.091,3)	(177.804,4)	(437.635,3)	(55.528,0)	(493.163,3)	(18.462,0)	(472.728,6)	(372.192,9)	(1.944.948,0)	(109.179,8)	
Gastos Com o Pessoal	(119.227,5)	(18.306,3)	(212.142,1)	(49.475,3)	(125.597,4)	(33.542,8)	(420.757,6)	(15.706,8)	(436.464,3)	(12.534,2)	(506.291,7)	(309.292,2)	(810.420,0)	(87.802,4)	
Ajustamentos de inventários	0,0	(0,6)	5,2	(26,7)	0,0	0,0	(21,6)	(5,2)	(26,8)	0,0	(8.808,0)	(57,4)	(67.087,0)	(4.685,5)	
Imparidade de dívidas a receber	(629,1)	(11,0)	(1.498,3)	(4.922,7)	0,0	0,0	(6.421,0)	(201,3)	(6.622,3)	0,0	0,0	(2.028,6)	(10.178,0)	(722,2)	
Provisões	(31.919,1)	(1.531,2)	(928,1)	(1.498,5)	(667,6)	(25.316,3)	(28.410,5)	(1.593,8)	(30.004,4)	(3.422,7)	(8.636,2)	(77.003,8)	8.041,0	5.014,1	
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis	0,0	0,0	(51.442,4)	0,0	(4.566,1)	0,0	(56.008,5)	(50,0)	(56.058,5)	0,0	(1.942,5)	(2.389,7)	72.011,0	(2.183,8)	
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	(108,1)	0,0	0,0	(108,1)	0,0	(108,1)	(2.747,8)	0,2	(201.651,0)	(94.917,0)	(3.247,8)	
Outros Rendimentos e Ganhos	16.705,3	223,7	22.317,8	57.348,4	14.698,7	57.848,5	152.213,4	3.870,6	156.084,0	4.527,6	98.418,4	75.651,6	154.975,0	39.948,6	
Outros Gastos e Perdas	(5.784,3)	(479,7)	(25.759,1)	(9.560,9)	(4.264,1)	(4.106,7)	(43.690,9)	(1.816,6)	(45.507,5)	(9.068,1)	(31.806,0)	(11.128,8)	(73.893,0)	(22.374,8)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21.943,3	1.280,7	169.026,6	105.349,2	(85.887,3)	597.873,4	786.361,9	12.093,2	798.455,1	(8.924,4)	612.359,5	(215.921,9)	1.053.673,0	84.128,6	
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(11.746,5)	(811,0)	(92.792,6)	(60.110,9)	(3.651,0)	(160.001,8)	(316.556,3)	(9.748,8)	(326.305,1)	(1.197,2)	(265.468,8)	(203.054,9)	(377.622,0)	(99.950,8)	
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis	3.910,5	0,0	(198,4)	2.145,5	0,0	0,0	1.947,1	(15.786,9)	(13.839,8)	3.260,3	0,0	(1.133,2)	(5.757,0)	0,0	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	14.107,3	469,7	76.035,6	47.383,8	(89.538,4)	437.871,6	471.752,7	(13.442,4)	458.310,2	(6.861,3)	346.890,6	(420.109,9)	670.294,0	(15.822,2)	
Juros e Gastos Similares Suportados	(34.772,2)	(6,1)	(18.411,4)	(7.041,8)	(310.627,0)	(229.928,2)	(566.008,4)	(9.914,7)	(575.923,1)	(14.149,7)	(128.862,8)	(534.985,9)	(415.840,0)	(45.542,1)	
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	41.590,5	33,4	1.220,7	1.286,4	238.356,8	138,4	241.002,3	2.816,2	243.818,5	944,0	57.926,9	19.555,8	1.422,0	12.720,3	
Resultado antes de impostos	20.925,6	497,0	58.844,9	41.628,5	(161.808,6)	208.081,8	146.746,6	(20.541,0)	126.205,6	(20.067,0)	275.954,8	(935.540,0)	255.876,0	(48.644,1)	
Imposto sobre o rendimento do período	(1.383,0)	(29,8)	(31.696,6)	(6.116,8)	(429,7)	(64.309,9)	(102.552,9)	40,8	(102.512,2)	1.379,7	(79.718,1)	(294,7)	(90.211,0)	(3.545,2)	
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	19.542,6	467,2	27.148,3	35.511,7	(162.238,3)	143.771,9	44.193,6	(20.500,2)	23.693,4	(18.687,2)	196.236,8	(935.834,7)	165.665,0	(52.189,2)	
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50.815,9	0,0	105.004,0	0,0	
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	19.542,6	467,2	27.148,3	35.511,7	(162.238,3)	143.771,9	44.193,6	(20.500,2)	23.693,4	(18.687,2)	145.420,8	(935.834,7)	60.661,0	(52.189,2)	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.6. Balanço das EPNF por sectores – 2012

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Outras Infraestruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes					SOMA								
			intra-estr. Aéreas	intra-estr. Portuárias	intra-estr. Ferroviárias	intra-estr. Rodoviárias										
Total do ativo	375.876	8.811	2.831.656	1.799.430	5.266.452	19.015.533	28.913.071	1.015.490	29.928.561	545.638	8.661.487	8.655.234	19.899.354	4.053.083		
Ativo não corrente	283.856	3.056	2.480.066	1.670.037	49.701	18.262.699	22.462.503	431.916	22.894.419	423.603	7.000.479	8.286.923	14.317.304	3.072.871		
Ativos fixos tangíveis	169.539	3.021	154.069	1.442.194	36.010	26.308	1.658.580	31.649	1.690.229	343.963	1.050.213	5.849.192	1.925.721	1.227.837		
Propriedades de investimento	141	0	0	72.679	0	131	72.810	128	72.938	30.736	2.438	4.140	440.836	1.686.571		
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25.529	0	299.638	0		
Ativos intangíveis	108.608	35	2.152.072	132.348	1.974	18.159.251	20.445.646	364.364	20.810.010	11	4.737.300	2.210.113	4.722.248	7.872		
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.613	0		
Particip. financeiras - equivalência patrimonial	0	0	0	0	11.717	0	11.717	5	11.722	541	690	91.255	468.863	39.165		
Participações financeiras - outros métodos	502	0	95.330	146	0	0	95.476	276	95.752	299	118.346	27.997	1.142.325	80.824		
Accionistas / sócios	0	0	20.000	0	0	0	20.000	0	20.000	0	0	0	0	5.899		
Outros ativos financeiros	4.663	0	2.032	434	0	0	2.466	0	2.466	47.990	696.204	104.227	4.942.150	20.521		
Ativos por impostos diferidos	403	0	56.562	22.236	0	77.009	155.807	35.493	191.300	63	369.760	0	357.910	4.181		
Ativo corrente	92.020	5.755	351.590	129.393	5.216.751	752.833	6.450.568	583.574	7.034.143	122.035	1.661.009	368.310	5.582.050	980.212		
Inventários	24.636	132	839	913	34.474	0	36.226	424.168	460.394	15.017	14.288	10.656	1.227.997	394.309		
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.849	0		
Clientes	16.402	158	27.070	29.405	97.500	27.050	181.025	2.835	183.860	9.071	610.024	26.866	783.198	61.479		
Adiantamentos a fornecedores	31	1	40	1.920	0	16.151	18.111	1.063	19.174	136	50	160	7.088	365		
Estado e outros entes públicos	1.227	72	9.945	1.134	2.023	592.443	605.545	591	606.136	3.056	9.962	37.823	51.714	7.575		
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1.470	0	0		
Outras contas a receber	28.333	666	89.509	8.363	4.851.570	80.559	5.030.002	91.619	5.121.621	28.384	196.294	120.752	239.623	73.552		
Diferimentos	1.084	267	39.197	1.417	2.663	504	43.781	645	44.426	333	5.600	68.272	28.455	8.395		
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	16.244	0	16.244	0	16.244	0	0	0	0	0		
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.232	0	10.188	17.265	0		
Ativos não correntes detidos para venda	1.788	0	0	5.804	32	3	5.840	0	5.840	6.453	0	34.865	2.453.854	0		
Caixa e depósitos bancários	18.519	4.459	184.990	80.437	212.246	36.122	513.795	62.652	576.447	52.354	824.790	57.259	770.007	434.539		
Total do capital próprio	(76.495)	301	570.225	1.215.251	(1.884.258)	949.183	850.401	(332.028)	518.373	143.274	1.409.383	(7.052.253)	3.707.511	1.130.790		
Capital realizado	1.427.698	7.500	292.500	236.135	430.200	464.000	1.422.835	395.796	1.818.631	200.366	521.825	2.903.823	1.027.151	523.308		
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	0	4.500	0	0	4.500	0	4.500	36.597	0	225	0	13.731		
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	0	0	74.426		
Reservas legais	2.100	31	168.254	18.592	0	63.454	250.299	101	250.400	936	24.541	131	730.231	28.487		
Outras reservas	9.802	3.952	24.085	478.422	0	188.363	690.871	9.203	700.073	223	10.556	(1.607)	84.254	9.387		
Resultados transitados	(1.682.378)	(11.172)	19.058	45.409	(2.222.344)	141.476	(2.016.401)	(851.150)	(2.867.552)	(178.624)	297.631	(9.983.883)	1.081.936	(398.696)		
Ajustamentos em ativos financeiros	(29)	0	(766)	0	0	55.203	54.436	414	54.850	0	25.318	(18.244)	(323.862)	(4.298)		
Excedentes de revalorização	844	0	0	0	0	0	0	35	35	0	56.089	94.423	0	40.663		
Outras variações no capital próprio	176	76	641	396.396	0	0	397.038	103.797	500.835	98.656	32.373	906.118	0	885.170		
Resultado líquido do período	41.612	(86)	66.453	35.797	(92.114)	36.688	46.824	9.777	56.601	(15.041)	132.395	(953.240)	425.018	(38.860)		
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	308.655	0	682.783	(2.527)		
Total do passivo	452.371	8.510	2.261.432	584.179	7.150.710	18.066.350	28.062.671	1.347.518	29.410.189	402.364	7.252.104	15.707.487	16.191.843	2.922.292		
Passivo não corrente	166.504	3.851	776.588	467.483	6.360.783	17.410.711	25.015.565	1.154.587	26.170.152	120.998	5.872.438	12.567.987	9.006.293	1.869.256		
Provisões	50.463	3.851	6.923	6.191	12.889	824.370	850.373	23.792	874.165	58.497	49.501	505.601	56.137	17.301		
Financiamentos obtidos	64.243	0	566.570	130.604	6.347.894	2.485.009	9.530.077	544.032	10.074.109	62.140	2.480.696	9.385.589	5.652.240	1.530.525		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	48.135	0	130.954	39.696	0	170.650	5.836	176.485	0	282.065	381.336	108.469	13.973	0		
Passivos por impostos diferidos	164	0	5.917	150.734	0	7.599	164.250	37.432	201.682	0	325.216	19.555	395.053	301.763		
Outras contas a pagar	3.500	0	66.225	140.258	0	14.093.734	14.300.216	543.495	14.843.711	361	2.734.959	2.275.907	2.794.394	5.694		
Passivo corrente	285.867	4.659	1.484.844	116.696	789.927	655.638	3.047.105	192.931	3.240.036	281.366	1.379.667	3.139.500	7.185.550	1.053.036		
Fornecedores	35.054	389	5.408	6.689	98.225	11.991	122.314	8.017	130.331	6.119	187.017	121.364	172.022	55.490		
Adiantamentos de clientes	150.521	0	69	245	16.959	4.014	21.287	7	21.294	1	3.079	545	1.151	13.843		
Estado e outros entes públicos	12.318	968	5.366	8.423	2.422	5.756	21.967	2.121	24.088	1.407	41.108	9.304	74.637	13.741		
Accionistas / sócios	0	0	0	0	75	0	75	0	75	0	0	10	18	0		
Financiamentos obtidos	1.902	0	142.513	35.730	614.434	478.696	1.271.373	148.458	1.419.831	156.642	626.768	2.514.531	3.488.410	159.118		
Outras contas a pagar	28.419	2.354	1.309.208	17.424	1.255	144.852	1.472.740	20.100	1.492.840	99.448	517.326	334.446	1.316.959	256.431		
Diferimentos	452	948	22.279	48.185	11.590	10.329	92.383	14.229	106.612	17.750	4.369	17.690	91.831	554.413		
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	44.966	0	44.966	0	44.966	0	0	135.181	0	0		
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.427	2.040.522	0		
Passivos não correntes detidos para venda	57.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Total de Capital Próprio + Passivo	375.876	8.811	2.831.656	1.799.430	5.266.452	19.015.533	28.913.071	1.015.490	29.928.561	545.638	8.661.487	8.655.234	19.899.354	4.053.083		

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.7. Balanço das EPNF por sectores – 2011

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Outras Infraestruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes					SOMA								
			intra-estr. Aéreas	intra-estr. Portuárias	intra-estr. Ferroviárias	intraestr. Rodoviárias										
Total do ativo	384.910	9.405	1.709.771	1.634.306	5.195.513	17.595.968	26.135.558		956.001	27.091.560	577.735	8.545.508	8.354.073	19.484.715	3.872.442	
Ativo não corrente	290.094	3.367	1.394.484	1.519.860	176.899	17.006.684	20.097.927		439.994	20.537.921	448.203	6.963.094	7.837.823	10.946.660	2.926.377	
Ativos fixos tangíveis	178.886	3.337	995.177	1.368.344	37.858	27.032	2.428.411		34.407	2.462.818	318.122	1.077.813	5.484.067	1.115.111	726.416	
Propriedades de investimento	162	0	0	75.090	0	137	75.227		137	75.364	47.948	3.894	5.118	459.358	2.038.967	
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0		272	272	0	25.529	0	114.593	0	
Ativos intangíveis	104.796	30	257.452	54.296	120.781	16.926.639	17.359.169		369.571	17.728.740	35	4.810.155	2.215.908	4.792.297	11.107	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	21.552	0	
Participações financeiras - método da equivalência p	0	0	0	0	15.973	0	15.973		205	16.177	542	553	30.655	522.612	36.924	
Participações financeiras - outros métodos	492	0	95.341	146	2.287	0	97.774		276	98.050	0	110.737	27.907	1.038.908	78.591	
Accionistas / sócios	0	0	15.000	0	0	0	15.000		0	15.000	0	0	0	0	6.167	
Outros ativos financeiros	5.271	0	461	434	0	0	895		0	895	81.497	578.838	74.168	1.984.499	22.554	
Ativos por impostos diferidos	487	0	31.053	21.550	0	52.876	105.479		35.127	140.606	59	355.576	0	897.730	5.652	
Ativo corrente	94.817	6.038	315.287	114.446	5.018.614	589.285	6.037.632		516.007	6.553.639	129.532	1.582.414	516.251	8.538.055	946.065	
Inventários	37.979	366	877	931	30.202	0	32.011		384.327	416.338	15.657	14.021	12.271	1.172.709	391.604	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2.859	0	
Clientes	13.573	396	70.329	32.520	69.378	22.586	194.813		2.766	197.579	18.471	573.209	30.777	482.226	46.940	
Adiantamentos a fornecedores	266	0	63	42	9	1.650	1.764		1.433	3.198	2	0	1.335	2.664	284	
Estado e outros entes públicos	1.151	86	3.405	1.198	3.501	479.479	487.581		1.014	488.595	384	14.205	31.950	39.171	9.730	
Accionistas / sócios	0	0	2.500	0	0	0	2.500		1	2.501	0	0	1.249	0	0	
Outras contas a receber	36.671	1.889	33.682	16.244	4.876.114	84.167	5.010.207		118.828	5.129.035	30.180	262.951	122.880	279.995	27.287	
Diferimentos	1.668	359	44.542	1.377	6.904	1.004	53.827		559	54.385	1.189	5.495	79.242	12.417	8.435	
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	150	5.804	15.400	0	21.354		0	21.354	0	0	19.393	0	2.600	
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0		0	0	7.743	0	38.488	10.697	8.930	
Ativos não correntes detidos para venda	1.720	0	0	0	32	3	35		0	35	0	0	31.410	6.014.893	60	
Caixa e depósitos bancários	1.788	2.942	159.739	56.329	17.075	397	233.540		7.079	240.619	55.906	712.533	147.255	520.424	450.194	
Total do capital próprio	(462.426)	471	590.634	1.176.927	(1.789.458)	778.495	756.599		(343.492)	413.107	180.391	1.306.046	(6.110.339)	3.252.145	933.795	
Capital realizado	1.083.198	7.500	347.000	236.135	432.700	330.000	1.345.835		395.720	1.741.555	202.620	521.825	2.903.823	1.027.151	530.396	
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	0	4.500	0	0	4.500		0	4.500	35.599	0	0	0	0	
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0		0	0	162	0	0	0	74.426	
Reservas legais	1.123	11	46.408	15.040	0	56.265	117.713		101	117.814	1.147	62.155	131	724.491	28.400	
Outras reservas	9.802	3.952	145.635	466.097	0	135.251	746.983		9.203	756.186	0	0	(1.447)	94.717	7.842	
Resultados transitados	(1.700.839)	(11.619)	18.247	39.122	(2.060.611)	61.961	(1.941.282)		(830.664)	(2.771.946)	(114.556)	223.111	(9.055.376)	1.199.306	(269.803)	
Ajustamentos em ativos financeiros	(29)	0	(1.142)	0	0	51.246	50.104		483	50.587	0	0	(14.478)	(479.642)	(6.960)	
Excedentes de revalorização	840	0	0	0	0	0	0		49	49	0	58.625	96.432	0	48.579	
Outras variações no capital próprio	257	160	7.339	380.522	691	0	388.552		102.116	490.668	74.105	15.144	896.411	0	571.526	
Resultado líquido do período	19.543	467	27.148	35.512	(162.238)	143.772	44.194		(20.500)	23.693	(18.687)	145.421	(935.835)	60.662	(51.941)	
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	279.765	0	625.460	1.330	
Total do passivo	847.336	8.934	1.119.137	457.379	6.984.971	16.817.473	25.378.959		1.299.493	26.678.453	397.343	7.239.462	14.464.412	16.232.571	2.938.647	
Passivo não corrente	166.326	3.210	839.875	363.139	6.147.149	16.068.945	23.419.108		1.132.522	24.551.630	124.588	5.880.007	11.639.183	9.717.612	1.643.533	
Provisões	42.508	3.210	5.410	5.150	12.097	830.046	852.703		22.168	874.871	51.022	36.141	355.218	32.590	15.069	
Financiamentos obtidos	65.731	0	695.976	130.020	6.135.052	2.030.659	8.991.706		550.941	9.542.647	72.092	2.371.008	9.097.875	6.441.603	1.387.973	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	54.644	0	108.287	41.284	0	0	149.571		5.718	155.289	0	300.975	395.067	41.898	13.957	
Passivos por impostos diferidos	168	0	10.213	141.037	0	11.555	162.805		36.845	199.649	0	314.701	19.134	365.276	216.814	
Outras contas a pagar	3.275	0	19.989	45.649	0	13.196.685	13.262.323		516.850	13.779.173	1.473	2.857.182	1.771.889	2.836.245	9.720	
Passivo corrente	681.010	5.725	279.262	94.240	837.822	748.528	1.959.851		166.972	2.126.823	272.755	1.359.456	2.825.229	6.514.959	1.295.114	
Fornecedores	30.903	785	29.339	6.398	229.155	14.438	279.330		9.032	288.362	20.983	174.325	160.929	60.189	207.729	
Adiantamentos de clientes	157.529	0	32	236	0	662	930		1	931	0	0	644	1.820	13.840	
Estado e outros entes públicos	11.069	1.507	23.909	7.510	350	18.340	50.109		2.148	52.258	2.063	57.037	10.290	75.107	8.555	
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	3.111	18	2.022	
Financiamentos obtidos	357.177	0	38.755	45.994	405.029	605.131	1.094.909		109.898	1.204.807	197.364	618.003	2.216.548	1.724.671	205.449	
Outras contas a pagar	27.565	2.154	72.679	22.491	1.706	100.505	197.380		31.841	229.221	49.913	505.415	257.602	1.398.970	232.660	
Diferimentos	1.649	1.278	114.549	11.611	122.639	9.452	258.250		14.051	272.301	2.433	4.676	18.755	28.546	624.858	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	78.944	0	78.944		0	78.944	0	0	150.806	3.221.972	0	
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	6.543	3.666	0	
Passivos não correntes detidos para venda	95.118	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	
Total de Capital Próprio + Passivo	384.910	9.405	1.709.771	1.634.306	5.195.513	17.595.968	26.135.558		956.001	27.091.560	577.734	8.545.508	8.354.073	19.484.716	3.872.442	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2012/2011

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2012	2011
Custos e Perdas		
Cust. merc. vend. e mat.cons.	(1.425.336.272)	(1.380.075.346)
Fornecim. e serviços externos	(820.309.100)	(782.929.375)
Custos com pessoal	(2.439.291.887)	(2.245.732.701)
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	(192.245.573)	(179.467.841)
Outros custos operacionais	(5.637.351)	(4.735.128)
<i>Custos Operacionais</i>	<i>(4.882.820.183)</i>	<i>(4.592.940.392)</i>
Custos e perdas financeiros	(11.850.022)	(11.615.685)
Custos e perdas extraordinárias	(89.920.119)	(97.146.823)
Impostos s/ rendim. exercício	(6.850.885)	(10.030.163)
TOTAL	(4.991.441.209)	(4.711.733.063)
Proveitos e Ganhos		
Vendas e Prest. Serviços	4.294.077.243	4.026.002.190
Variação da Produção	241.156	0
Trab. para a própria empresa	5.922	174.701
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	12.737.633	7.787.568
Reversões de Amortiz. e Ajust.	16.218	0
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Supplement.	195.723.480	158.541.056
<i>Proveitos Operacionais</i>	<i>4.502.801.652</i>	<i>4.192.505.515</i>
Proveitos e ganhos financeiros	37.330.576	11.948.780
Proveitos e ganhos extraordinários	116.274.797	135.643.819
TOTAL	4.656.407.026	4.340.098.113
Resultados operacionais		
Antes de subsídios / IC's	(392.756.164)	(408.222.446)
Após subsídios / IC's	(380.018.531)	(400.434.877)
Resultados financeiros	25.480.554	333.094
Resultados correntes	(354.537.977)	(400.101.783)
Resultados extraordinários	26.354.678	38.496.996
Resultados Líquidos	(335.034.184)	(371.634.950)

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.9. Balanço do Sector da Saúde – 2012/2011

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2012	2011
Ativo		
Imobilizado	1.833.293	1.855.073
Imobilizações incorpóreas	1.709	5.773
Imobilizações corpóreas	1.817.036	1.834.602
Investimentos financeiros	14.548	14.698
Bens de domínio público	126.286	89.644
Circulante	146.165	157.686
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	4.497	17.536
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.184.114	1.530.891
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	268.551	266.901
Acréscimos e diferimentos	1.776.237	2.030.318
Acréscimos de proveitos	1.775.038	2.026.820
Custos diferidos	1.199	3.499
Total do ativo líquido	5.339.142	5.948.050
Capital próprio	0	64.870
Capital, acções, prestações suplementares e prémios	1.905.619	1.799.342
Reservas	1.271.777	1.218.483
Resultados transitados	(2.325.113)	(1.861.211)
Resultado líquido do exercício	(335.023)	(371.635)
Total do capital próprio	517.260	849.849
Passivo		
Provisões	53.223	38.757
Pensões	0	700
Outras	53.223	38.057
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	89.550	79.693
Empréstimos - MLP	45.445	45.476
Estado e outros entes públicos - Passivo - MLP	39.377	29.416
Dívidas a terceiros - Curto prazo	3.949.920	4.376.314
Empréstimos - CP	426.799	433.509
Fornecedores - CP	1.262.496	2.022.662
Fornecedores de imobilizado - CP	44.136	89.981
Adiantamento de Clientes	1.761.905	1.327.898
Acréscimos e diferimentos	729.189	603.438
Acréscimos de custos	454.971	328.527
Proveitos diferidos	274.218	274.911
Total do passivo	4.821.882	5.098.201
Total do c. próprio e passivo	5.339.142	5.948.050

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2012-2011

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2012	2011
Margem financeira alargada	1.462.957	1.832.217
Juros e rendimentos similares	5.074.298	5.367.805
Juros e encargos similares	-3.730.283	-3.682.312
Rendimentos de instrumentos de capital	118.942	146.724
Rendimento de serviços e comissões	677.957	655.988
Encargos com serviços e comissões	-169.314	-151.008
Resultado em operações financeiras	362.999	-24.762
Outros resultados de exploração, do qual:	91.291	131.114
Produto da actividade financeira	2.425.891	2.443.549
Margem técnica da actividade de seguros	513.113	469.803
Prémios, líquidos de resseguro	1.202.831	1.243.666
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	179.572	143.388
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-783.043	-823.924
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	-86.247	-93.326
Produto da actividade bancária e seguradora	2.939.004	2.913.352
Custos com Pessoal	-909.118	-939.253
Outros gastos administrativos	-623.266	-638.533
Depreciações e amortizações	-185.510	-197.872
Provisões líquidas de anulações	-75.912	-146.070
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-1.010.304	-825.940
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-484.032	-681.486
Resultados em filiais detidas para venda	-22.643	-37.953
Resultados em empresas associadas	4.284	8.669
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	-367.497	-545.085
Impostos sobre lucros:		
Correntes	-188.513	-98.090
Diferidos	210.038	213.986
	21.525	115.896
Resultado líquido consolidado do exercício	-345.971	-429.189
Interesses minoritários	-48.744	-59.236
Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD	-394.716	-488.425
Número médio de acções ordinárias emitidas	1.105.000.000	1.012.027.397
Resultado por acção (euros)	-0,36	-0,48

Fonte: Relatório e contas consolidado



11.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2012-2011

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2012	2011
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.603.284	2.704.482
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.305.381	986.197
Aplicações em instituições de crédito	2.517.399	4.956.118
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	3.997.417	4.131.709
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.576.477	16.843.643
Ativos financeiros com acordo de recompra	504.160	777.954
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	1.148.225	584.879
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	98.725	108.129
Investimentos a deter até à maturidade	2.469.277	2.837.379
Créditos a clientes	74.713.101	78.247.625
Ativos não correntes detidos para venda	677.623	473.485
Propriedades de Investimento	534.238	459.088
Outros ativos tangíveis	1.044.599	1.153.856
Ativos intangíveis	413.911	402.088
Investimentos em associadas	31.503	35.939
Ativos por impostos correntes	61.474	87.828
Ativos por impostos diferidos	1.468.766	1.928.680
Provisões técnicas de resseguro cedido	197.428	226.202
Outros ativos	3.493.515	3.620.001
Ativo líquido	116.856.502	120.565.282
Passivo	109.576.454	115.228.029
Recursos de inst.crédito e de bancos centrais	12.243.281	15.860.954
Recursos de clientes e outros empréstimos	71.404.154	70.587.491
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	1.148.225	584.879
Responsabilidades representadas por títulos	10.590.627	14.923.309
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.218.006	1.918.488
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	84.479	93.072
Passivos não correntes detidos para venda	100.746	-
Provisões para benefícios a empregados	549.950	497.493
Provisões para outros riscos	423.204	389.991
Provisões técnicas de contratos de seguro	4.224.143	4.607.615
Passivos por impostos correntes	184.386	52.511
Passivos por impostos diferidos	190.650	166.220
Outros passivos subordinados	2.889.067	2.075.416
Outros passivos	3.325.537	3.470.590
Capital próprio	7.280.046	5.337.253
Capital	5.900.000	5.150.000
Reservas de justo valor	-189.664	-2.078.222
Outras reservas e resultados transitados	979.109	1.708.697
Result.exercício atribuído ao accionista da CGD	-394.715	-488.425
Interesses minoritários	985.316	1.045.203
Passivo + Capital próprio	116.856.500	120.565.282

Fonte: Relatório e contas consolidado